

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
NÍVEL MESTRADO

SHEILA BEATRIZ BONNE

EFEITOS ECONÔMICOS DA FORMAÇÃO DE BLOCOS COMERCIAIS PARA O
BRASIL: UMA VISÃO POR MEIO DE UM MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL
COMPUTÁVEL

São Leopoldo (RS)

2017

Sheila Beatriz Bonne

EFEITOS ECONÔMICOS DA FORMAÇÃO DE BLOCOS COMERCIAIS PARA O
BRASIL: UMA VISÃO POR MEIO DE UM MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL
COMPUTÁVEL

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Área de concentração: Organização Industrial e Economia Internacional

Orientador: Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo

São Leopoldo (RS)

2017

B716e

Bonne, Sheila Beatriz

Efeitos econômicos da formação de blocos comerciais para o Brasil : uma visão por meio de um modelo de equilíbrio geral computável / por Sheila Beatriz Bonne– 2017.

53 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Economia, São Leopoldo, RS, 2017.

“Orientação: Dr. André Filipe Zago de Azevedo.”

1. Mercosul. 2. Livre comércio. 3. Modelos de equilíbrio geral. I. Título.

CDU: 339.923

Catálogo na Publicação:
Bibliotecário Alessandro Dietrich - CRB 10/2338

Sheila Beatriz Bonne

EFEITOS ECONÔMICOS DA FORMAÇÃO DE BLOCOS COMERCIAIS PARA O
BRASIL: UMA VISÃO POR MEIO DE UM MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL
COMPUTÁVEL

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Aprovado em 16/02/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo – Orientador - UNISINOS

Prof. Dr. Alexsandro Marian Carvalho – Examinador – UNISINOS

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Examinador - UNISINOS

Prof. Dr. Paulo Feistel – Examinador - UFSM

“Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é que alguém acredite que ele possa ser realizado”.

Roberto Shinyashicki

AGRADECIMENTOS

Essa é uma oportunidade de eternizar em um trabalho acadêmico, que demandou cerca de dois anos da minha vida, os meus mais sinceros agradecimentos às pessoas que são mais próximas a mim, aquelas que eu amo, que são especiais e que me conduziram ao longo dessa jornada de conhecimento.

O meu muito obrigada ao meu noivo, companheiro e futuro esposo, Voltér Trein, que sem cobranças me apoiou, ao longo dessa jornada, que incluiu vários finais de semana, muitas noites e, por vezes, madrugadas, estudando. À minha família que compreendeu minha ausência, em especial, à minha mãe, Edit Brixner, e à minha irmã, Paola Bonne, que mesmo sem querer aceitaram as longas horas de estudo que eram necessárias para que mais um degrau no caminho do conhecimento eu pudesse subir. À empresa Lupatech S/A, em especial, aos gestores Mayumi Toba e Edson Foltran, que permitiram que eu pudesse me ausentar das minhas atividades nas sextas-feiras à tarde, ao longo de 18 meses, para estudar. Aos meus queridos colegas, que muitas vezes dedicaram seu precioso tempo para auxiliar no esclarecimento de minhas dúvidas, angústias, desesperos e alegrias. Aos professores doutores do Programa de Pós-Graduação em Economia, que de forma única, possibilitaram um conhecimento ímpar. Por fim, mas não menos importante, ao professor orientador, André Azevedo, por ter me guiado por este caminho da economia que, até então, era desconhecido, sou muito grata pelo tempo, dedicação e conhecimento por ele compartilhados.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para também registrar o meu pedido de desculpas, já que, por muitas vezes, coloquei as obrigações para com os estudos acima das pessoas mais especiais da minha vida, mas, graças a Deus, essa etapa passou e todas essas pessoas permanecem ao meu lado.

RESUMO

O processo de integração do Mercosul tem sofrido uma série de revezes nos últimos anos, o que lhe impede de avançar além do estágio de uma zona de livre comércio incompleta. Este estudo tem como objetivo analisar os efeitos sobre o comércio internacional e bem-estar de três cenários que buscam uma nova estratégia comercial para o Brasil, por meio de um modelo de equilíbrio geral computável *Global Trade Analysis Project* (GTAP), em sua versão 9 da base de dados: (i) transformação do Mercosul em uma zona de livre comércio; (ii) formação de uma área de livre comércio da América do Sul e; (iii) criação de uma área de livre comércio entre as Américas. Os resultados sinalizam que os ganhos para o Brasil, tanto de comércio internacional como bem-estar, são obtidos nos cenários onde ocorre uma abertura comercial entre os países da América do Sul ou entre as Américas. No entanto, os melhores resultados são identificados na formação de um Acordo Preferencial de Comércio entre todos os países da América do Sul, onde todos os países do Mercosul alcançaram crescimento no comércio internacional, embora com magnitudes diferentes, sendo o Brasil o país a apresentar os maiores ganhos de bem-estar, USD 533 milhões.

Palavras-chave: Mercosul; Livre Comércio; Modelos de Equilíbrio Geral.

ABSTRACT

The process of integration of Mercosur has suffered a series of setbacks in recent years, which prevents it from moving beyond the stage of an incomplete free trade zone. This study aims to analyze the effects on international trade and welfare of three scenarios that look up a new commercial strategy for Brazil, through a computable general equilibrium model from the Global Trade Analysis Project (GTAP) in its version 9 of the database: (i) transformation of Mercosur into a free trade zone; (ii) formation of a South American free trade area and; (iii) creation of a free trade area between the Americas. The results indicate that the gains for Brazil, even international trade and welfare, are obtained in the scenarios where there is a trade opening between the countries of South America or between the Americas. However, the best results are identified in the formation of a Preferential Trade Agreement between all the countries of South America, where all Mercosur countries have achieved growth in international trade, although with different magnitudes, with Brazil being the country to present the Higher welfare gains, USD 533 million.

Keywords: Mercosur; Free Trade; Models of General Equilibrium.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Expansão de Membros da OMC	20
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Criação e Desvio de Comércio	22
Quadro 2: Síntese dos Estudos Empíricos	27
Quadro 3: Agregação Regional e Setorial	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tarifas de importação após o Altertax.....	32
Tabela 2: Redução das tarifas de importação (em pontos percentuais – p.p).....	33
Tabela 3: Importações bilaterais dos países do Mercosul (Variação %).....	34
Tabela 4: Efeitos sobre o bem-estar (em milhões de dólares).....	35
Tabela 5: Decomposição da eficiência alocativa (em milhões de dólares).....	35
Tabela 6: Variação nos termos de troca (em milhões de dólares).....	36
Tabela 7: Redução das tarifas de importação (em pontos percentuais - p.p.)	37
Tabela 8: Importações bilaterais dos países da América do Sul Mercosul (Variação %).....	38
Tabela 9: Efeitos sobre o bem-estar (em milhões de dólares).....	40
Tabela 10: Decomposição da eficiência alocativa (em milhões de dólares).....	40
Tabela 11: Variação nos termos de troca (em milhões de dólares).....	41
Tabela 12: Redução das tarifas de importação (em pontos percentuais - p.p.)	42
Tabela 13: Importações bilaterais dos países das Américas Mercosul (Variação %)	44
Tabela 14: Efeitos sobre o bem-estar (em milhões de dólares).....	45
Tabela 15: Decomposição da eficiência alocativa (em milhões de dólares).....	45
Tabela 16: Variação nos termos de troca (em milhões de dólares).....	46

LISTA DE SIGLAS

AD	Anti <i>dumping</i>
AP	Aliança do Pacífico
APC	Acordo preferencial de comércio
ARG	Argentina
B&MB	Bens do setor de baixa e média-baixa tecnologia
BNT	Barreiras não tarifárias
BRA	Brasil
CAN	Comunidade Andina
DJAI	Licença de importação Argentina
EGC	Equilíbrio geral computável
EUA	Estados Unidos da América
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
IDE	Investimento Direto Externo
MA&A	Bens do setor de média-alta e alta tecnologia
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAR	Paraguai
P. P	Pontos percentuais
PRIM	Bens do setor primário
R.AMs	Resto das Américas
R.A.Sul	Resto dos países da América do Sul
R.MUN	Resto do mundo
SERV	Bens do setor de serviços
TEC	Tarifa Externa Comum
TTIP	<i>Transatlantic Trade and Investment Partnership,</i>
TTP	<i>Trans Pacific Partnership</i>
UE	União Europeia
URU	Uruguai
VEN	Venezuela
ZLC	Zona de livre comércio
WTO	<i>World Trade Organization</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OS PROBLEMAS DA INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL	15
2.1 ZONA DE LIVRE COMÉRCIO	15
2.2 TARIFA EXTERNA COMUM - TEC.....	16
2.3 MERCADO COMUM.....	19
3 BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DA FORMAÇÃO DE APCS	20
3.1 CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO.....	21
3.2 ECONOMIA DE ESCALA E CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	23
3.3 REVISÃO EMPÍRICA.....	24
4 ANÁLISE DOS EFEITOS DOS ACORDOS COMERCIAIS	28
4.1 O MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL COMPUTÁVEL	28
4.2 AGREGAÇÃO SETORIAL E REGIONAL.....	29
4.3 CENÁRIOS	30
4.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
4.4.1 Cenário 1: Transformação do Mercosul em uma Zona de Livre Comércio.....	32
4.4.2 Cenário 2: Área de Livre Comércio da América do Sul (UNASUL).....	36
4.4.3 Cenário 3: Área de Livre Comércio das Américas.....	41
5 CONCLUSÕES.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
APÊNDICES	52
Apêndice 1: Estágio e Definição de Blocos Econômicos.....	52
Apêndice 2: Tarifas de importação anteriores ao Altertax	53

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem apresentado uma postura limitada em relação ao processo de integração comercial preferencial. Ao longo das duas últimas décadas, muitos países, inclusive sul-americanos, como o Chile e a Colômbia, têm formado Acordos Preferenciais de Comércio (APC) com diversos países ou blocos. Enquanto isso, o Brasil, ao se manter vinculado ao processo de integração do Mercosul, que proíbe ações unilaterais de seus membros para a formação de APC e que não tem obtido avanço em negociações comerciais em conjunto para esse fim, está ficando isolado, conforme salienta Ferraz (2013).

O objetivo do Mercosul, quando constituído em 26 de março de 1991, foi o de promover uma maior integração entre as economias dos quatro países-membros, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e de se tornar um Mercado Comum. No entanto, a situação atual, mesmo após a entrada da Venezuela em agosto de 2012, é de estagnação, sobretudo no aspecto comercial. No decorrer destes 25 anos, desde a sua criação, o Mercosul firmou apenas sete APCs, todos com países em desenvolvimento, o que não alterou a magnitude ou o perfil do comércio internacional brasileiro.¹

A criação de um bloco econômico ou APC tem por objetivo ampliar o intercâmbio comercial de bens e serviços entre seus membros, em razão da redução ou eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias (BNT) de forma preferencial.² No entanto, ainda persiste uma série de barreiras ao comércio intra e extra-Mercosul, como o comércio administrado no setor automotivo e a não existência de uma tarifa externa comum (TEC) para uma boa parcela dos produtos, o que mantém o bloco distante de seu objetivo original de se transformar em um Mercado Comum (PREUSSE, 2001; AZEVEDO, 2004; THELLE E SUNESEN, 2011).

A falta de um aprofundamento no processo de integração do Mercosul, a incapacidade de o bloco firmar acordos comerciais com países ou com blocos relevantes aliado a regras que impedem seus membros de formarem APCs com outros países, isoladamente, acabou dando aos países do Mercosul pouco protagonismo na nova onda de regionalismo. Por essa razão, o Brasil vem vivenciando uma perda de acesso a diversos

¹ São eles: (i) África do Sul em 15/12/2008; (ii) Índia em 01/06/2009; (iii) República da Coreia em 24/07/2009; (iv) Estado de Israel em 23/12/2009; (v) Palestina em 20/12/2011; (vi) Líbano em 17/12/2014; (vii) Tunísia em 17/12/2014, de acordo com Mercosul (2016).

² A criação de um bloco econômico envolve quatro etapas. (i) Zona de Livre Comércio; (ii) União Aduaneira; (iii) Mercado Comum; (iv) União Econômica. Definição completa de cada etapa conforme Congresso Nacional (2016).

mercados internacionais, na medida em que os principais parceiros comerciais do país estão engajados na formação de APCs. Uma maior abertura comercial poderia promover ganhos de eficiência e ajudar o Brasil a enfrentar seus desafios de produtividade e de competitividade.

Em virtude disso, torna-se essencial ao Brasil repensar a sua estratégia de integração comercial. De um lado, pode-se insistir no projeto de uma relação mais profunda com os países do Mercosul. De outro, é possível alterar a estratégia do bloco, buscando uma integração mais superficial, mas que englobe eventualmente todos os países da América do Sul, ou até mesmo das Américas, em uma zona de livre comércio. Finalmente, também é possível a saída do bloco, o que daria ao país plena autonomia para a formação de APCs com seus principais parceiros comerciais, como União Europeia, NAFTA e BRICS.

Neste contexto, a presente dissertação tem por objetivo examinar se a volta do Mercosul a um estágio de Zona de Livre Comércio traria ganhos ao Brasil, bem como a sua integração com as Américas.

Desde a criação do Mercosul não houve um incremento expressivo do comércio intrabloco, tampouco, ganhos relevantes de bem-estar para os países partes. Em 2013, o comércio extrabloco ainda representava 84,9% do volume total, enquanto o intrabloco somente 15,1%. Deste percentual de operações entre os países membros, percebe-se que a Argentina elevou a sua participação do comércio intrabloco de 14,8% para 25,4% do comércio, entre 1991 e 2013. Já o Brasil aumentou sua participação de 4,2% para 10,2%, o Paraguai, de 39,5% para 40,04%, enquanto o Uruguai apresentou uma queda de 35,1% para 25,4%. Como se percebe, apesar do aumento da relevância do bloco para o comércio brasileiro, o país apresenta o menor volume de comércio intrabloco entre os países partes do Mercosul (WTO, 2016).

Com o objetivo de contextualizar e apresentar três diferentes cenários para o Brasil, este trabalho analisa os efeitos sobre o comércio internacional e bem-estar do Brasil considerando: (i) transformação do bloco em uma zona de livre comércio; (ii) formação de uma área de livre comércio entre todos os países da América do Sul, seguindo os passos da UNASUL³ e (iii) criação de um acordo no formato da antiga ALCA,⁴ envolvendo todos os países das Américas.

³União de Nações Sul-Americanas, que tem como objetivo fortalecer as relações comerciais, culturais, políticas e sociais entre as doze nações da América do Sul – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Tem a participação do México e Panamá como países observadores.

⁴Área de Livre Comércio das Américas, cujo objetivo era eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos, formando uma área de livre comércio.

Para isso, foi utilizado um modelo de equilíbrio geral computável (EGC), com a base de dados do GTAP (*Global Trade Analysis Project*), que considera estruturas de mercado em competição perfeita e retornos constantes de escala. A versão da base de dados do GTAP é a 9.0, composta por 140 regiões e 57 setores, com o equilíbrio inicial ocorrendo em 2011. O presente estudo analisa os três cenários já destacados, considerando os setores de acordo com a sua intensidade tecnológica, com base na classificação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD).⁵

A presente dissertação está dividida em cinco capítulos, contando com esta introdução. No capítulo 2, são examinados os principais problemas apresentados pelo Mercosul, tanto para a finalização da plena liberalização comercial intrabloco como para o estabelecimento de uma política externa comum, com ênfase na TEC. No capítulo 3, é realizada uma revisão da literatura empírica que trata sobre os efeitos do Mercosul por meio de modelos de EGC. No capítulo 4, apresentam-se as simulações, as agregações setoriais e regionais utilizadas no modelo de EGC empregado e os resultados dos três cenários traçados, com foco nos fluxos de comércio e bem-estar do Brasil. Por fim, o capítulo 5 apresenta as conclusões.

⁵ Agrupa os setores da indústria de transformação de acordo com sua intensidade tecnológica (alta, média-alta, média-baixa e baixa)

2 OS PROBLEMAS DA INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL

O Mercosul, Mercado Comum do Sul, foi constituído em 26 de março de 1991, quando os quatro estados parte, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, através dos seus respectivos Presidentes da época, assinaram o Tratado de Assunção. Em 12 de Agosto de 2012, a Venezuela teve o seu pedido aceito e passou a integrar o bloco, enquanto Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia, Equador (desde 2004), Guiana e Suriname (desde 2013) participam como estados associados. A Bolívia, por sua vez, está em processo de adesão e o México atua como estado observador (CONGRESSO NACIONAL, 2016).

O Mercosul, conforme previsto no Tratado de Assunção, tem como objetivo consolidar a integração política, econômica e social entre os estados parte, fortalecer os vínculos entre os cidadãos do bloco e contribuir para melhorar a sua qualidade de vida. Para atender esse objetivo, inicialmente, com conclusão prevista até 2006, foram definidas três fases, sendo: (i) redução das tarifas intrabloco, 1991 a 1994; (ii) criação da tarifa externa comum (TEC), 1995 a 2005 e (iii) eliminação das barreiras à circulação dos fatores de produção a partir de 2006.

Porém, observa-se que, desde a criação do bloco até os dias atuais, nenhuma das fases foi plenamente atendida. É possível enumerar uma série de problemas associados à integração do bloco, tais como o grande número de exceções inicialmente autorizado à TEC, seguido da proliferação de novas exceções após o período de transição, 1995 a 2005, a autorização para uso de medidas *anti-dumping* (AD), setores sem licença automática de importação, adicionados aos atrasos para eliminar as referidas exceções, como destaca Azevedo (2004). Esses problemas teriam criado uma falta de previsibilidade no futuro das regras do jogo, o que prejudicou as perspectivas para o comércio e para investimentos no bloco. O autor ainda ressalta que a imposição de ações AD no comércio intrabloco é contra o princípio da liberalização interna por trás da formação de um APC e que a sua existência constitui uma lacuna importante no processo de integração.

Neste contexto de dificuldades de desenvolvimento do Mercosul, as subseções abaixo irão destacar problemas relativos à zona de livre comércio (ZLC), à tarifa externa comum (TEC) e ao Mercado Comum.

2.1 ZONA DE LIVRE COMÉRCIO

Desde a sua criação até os dias atuais, ou seja, por mais de 25 anos, o Mercosul sequer se consolidou como uma zona de livre comércio (ZLC), isso porque não houve eliminação progressiva ou recíproca das barreiras alfandegárias, tarifárias e não tarifárias que incidem sobre a troca de mercadorias entre países de um mesmo bloco.

Uma ZLC pode causar alguns problemas aos seus membros, como citam Kume e Piani (2000), destacando: (i) transferência da discussão da tarifa externa comum para o índice de conteúdo regional, sem alterar substancialmente o custo do desvio de comércio; (ii) criação de restrições ao comércio intrabloco decorrentes do custo em atender às exigências do regime de origem; e (iii) perda do poder de barganha nas negociações bilaterais por parte de países menores e mais especializados na produção agrícola.

De acordo com o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), um APC é considerado uma ZLC quando, no mínimo, 80% dos bens comercializados entre os membros do grupo são totalmente livres de qualquer tarifa. Além de permitir maior autonomia na condução da política comercial, uma ZLC deve substituir discussões sobre a fixação da TEC pelas exigências relacionadas ao conteúdo regional a ser estabelecido para cada produto. A depender dos requisitos impostos pelo regime de origem, o custo do desvio de comércio poderá ser equivalente ou superior ao de uma TEC (KUME E PIANI, 2000).

Passadas mais de duas décadas de sua criação, ainda há uma série de restrições ao comércio entre os membros do Mercosul ainda vigentes. Entre elas, destacam-se a permissão para aplicar, no comércio intrabloco, tarifas de importação em produtos específicos, como no caso do açúcar e a existência de comércio administrado⁶ em outros, como ocorre no setor automotivo, além da possibilidade de aplicação de medidas *antidumping*, conforme destacam Azevedo e Massuqueti (2015).⁷ Portanto, devido a essas exceções ao livre comércio entre seus membros, pode-se afirmar que o Mercosul ainda não atingiu sequer o status de uma ZLC.

2.2 TARIFA EXTERNA COMUM - TEC

A criação da TEC foi o passo mais importante dado pelo Mercosul em direção à formação da união alfandegária.⁸ Esta fase teve início em 1º de janeiro de 1995 e para atender esta etapa foram previstos períodos de transição para adequação dos países-membros às novas

⁶ Controle de entrada e saída de produtos internacionais.

⁷ O comércio de automóveis permanece sendo administrado entre o Brasil e a Argentina, com base no mecanismo denominado de flex, que atualmente impõe a regra de US\$ 1,00 exportado para US\$ 1,95 livre de tarifas para importação, as exportações que ultrapassam o definido pelo flex são oneradas com tarifas.

⁸ À União Alfandegária cabe a mesma definição de União Aduaneira. Vide Apêndice 1.

normativas e, para suportá-la, os países utilizaram a classificação dos produtos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), a 8 dígitos (AZEVEDO; MASSUQUETI, 2015).

9

No entanto, nem todos os produtos convergiram à TEC e várias exceções foram permitidas, com destaque a equipamentos de tecnologia da informação e de telecomunicações, automotivos, açúcar, que também foram alvo de regimes especiais, como aponta Azevedo (2004). Na época, foi permitido a cada país manter até 300 produtos na lista de exceções, exceto ao Paraguai, que poderia até 399 produtos, porém, o Uruguai manteve aproximadamente 2.900, Paraguai 2.555, Argentina 2.236 e Brasil 2.053 produtos (AZEVEDO, 2004; AZEVEDO; MASSUQUETI, 2015). Essa proliferação de exceções afligiu duas das vantagens de uma união alfandegária em relação às áreas de livre comércio: a ausência de regras de origem e a segurança de acesso ao mercado do bloco.

Muitas dessas medidas transitórias foram prorrogadas e inclusive ampliadas em várias oportunidades e, 25 anos após sua criação, o Mercosul apresenta obstáculos e outras medidas de distorção do comércio entre os países-membros, com destaque para divergências significativas na política comercial a respeito do restante do mundo (BID, 2016).

Essa é mais uma questão que tem dificultado o desenvolvimento e o aprofundamento da integração do Mercosul, já que parte das tarifas sofreu elevação após cada país do bloco perder, em tese, a autonomia para determinar a sua própria tarifa de importação, por razão das constantes prorrogações de conversão a TEC, que adiam a livre circulação de bens dentro do bloco e a consolidação da união alfandegária.

De acordo com a publicação nº 20 do BID (2016), além das exceções já citadas, outras foram autorizadas e merecem destaque, são elas:

- Alíquotas diferenciadas para 100 produtos, até 2021, para Argentina e Brasil; para 225 produtos, até 2022, para Uruguai e Venezuela; e para 649 produtos, até 2023, para Paraguai. Em todos os prazos, a data limite de aplicação é 31 de dezembro;
- Se caracterizados desequilíbrios comerciais relacionados à conjuntura internacional, todos os países do Mercosul poderão aplicar transitoriamente alíquotas superiores as da TEC para até 100 outros produtos. O prazo de duração de um ano é prorrogável por outro até 31 de dezembro de 2021.

⁹ Os 6 primeiros dígitos correspondem aos do Sistema Harmonizado (SH), utilizado e reconhecido mundialmente, e os dois últimos, 7º e 8º, foram definidos conforme acordo realizado entre os membros do Mercosul para fins de proporcionar maior especificidade aos produtos.

- Até 2021, está autorizada a aplicação de tarifas superiores à TEC sobre as importações de brinquedos, sem exceder os limites consolidados perante a OMC.
- Elevação da TEC sobre a importação de laticínios, pêssegos em calda até 2023; contudo, o Paraguai, a Venezuela e o Uruguai poderão aplicar outras alíquotas; este último só no caso dos pêssegos em calda.
- Argentina mantém a solicitação de licença de importação (DJAI) para cada operação e para qualquer tipo de bem, independentemente da origem dos produtos a importar.

Com base nas exceções citadas, observa-se que a administração da TEC seguiu um caminho contrário ao que havia sido originalmente estabelecido pelas regras do bloco. Mesmo a existência de muitas exceções iniciais não foi suficiente para evitar que novas mudanças na TEC ocorressem após o final do período de transição, em 2005. Como resultado, o bloco aumentou o nível de protecionismo, seguindo direção contrária ao que determina o artigo XXIV da OMC.¹⁰

Uma união aduaneira também pressupõe que os países-membros negociem em conjunto a formação de APC com outros países/blocos.¹¹ No entanto, poucos acordos foram firmados pelo Mercosul e com países pouco relevantes do ponto de vista comercial para o bloco, tais como: África do Sul, Índia, República da Coreia, Estado de Israel, Palestina, Líbano e Tunísia, de acordo com Mercosul (2016).

A única exceção são as negociações do Mercosul com a União Europeia. Mas apesar de inúmeras reuniões e rodadas de negociações realizadas, por conta das incertezas das políticas econômicas e do temor que a abertura dos mercados representaria para o setor industrial brasileiro, ainda não foram concluídas, muito por consequência de problemas internos da economia Argentina e de divergências existentes entre os países do Mercosul, conforme Vartanian (2016).

A ausência de uma efetiva implementação da TEC até os dias atuais, com regras de origem e segurança de acesso aos mercados do bloco, posiciona o Mercosul como uma União Aduaneira incompleta.¹² O avanço da integração do Mercosul, até se transformar efetivamente

¹⁰ O artigo XXIV da OMC determina que quando se cria uma zona de livre comércio ou uma união aduaneira, os obstáculos ao comércio deverão ser reduzidos ou suprimidos de forma a manter o propósito do acordo que é de facilitar o comércio entre seus participantes, e não o de construir barreiras comerciais em relação aos demais países.

¹¹ A restrição ao estabelecimento de APC unilateralmente pelos estados partes do Mercosul com outros países, está contida no artigo 8º do Tratado de Assunção, como pode ser observado em Supremo Tribunal Federal (2016).

¹² De acordo com a definição do Congresso Nacional (2016), uma União Aduaneira é a fase em que ocorre a substituição por um só território aduaneiro formado pelos países integrantes do bloco, de modo que os direitos

em uma união aduaneira, dependerá, além de estabilidade macroeconômica na região, de uma maior disposição dos governos dos estados em privilegiar o desenvolvimento do bloco, mesmo que represente um custo político elevado, aponta Preusse (2001).

2.3 MERCADO COMUM

O Mercado Comum supõe um avançado nível de integração econômica entre seus membros, com o livre comércio intrabloco e a política comercial uniforme com as nações externas, além de garantir a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. Nesta etapa, as formalidades nas fronteiras entre os países-membros são mais simples, facilitando a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção.

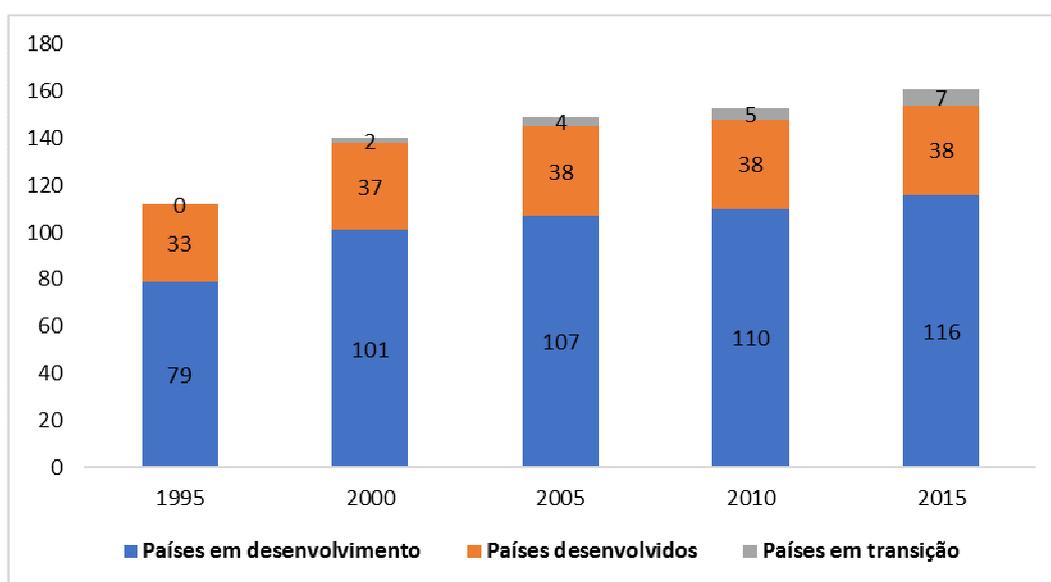
O Mercosul é fruto de uma decisão política de aproximar economias geograficamente próximas e com histórico pouco promissor para transações econômicas entre si, já que não houve grandes progressos no que se refere à redução da distância econômica entre os países-membros. É provável que não exista outro grupo de países com dimensões tão díspares e, mesmo assim, com pretensão de constituir um Mercado Comum (BAUMANN, 2011).

O BID (2016) traz à luz que o motivo pelo qual o Mercosul, até hoje, já passado 25 anos, não se consolidou como um Mercado Comum com livre circulação de pessoas, bens e serviços, é por razão de ter prorrogado por todos esses anos um número muito expressivo de exceções à TEC, regime de origem do Mercosul, regimes especiais de comércio, entre outros. Baumann e Mussi (2006) comentam que a formação do Mercosul não atendeu as expectativas de promover o desenvolvimento conjunto dos países-membros, já que cada país exercia sua política comercial segundo interesses locais, de forma isolada e com diferentes políticas econômicas, o que limitou a convergência econômica entre eles, dificultando a criação de um processo de integração mais profundo, como requer um Mercado Comum.

3 BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DA FORMAÇÃO DE APCS

O surgimento de blocos comerciais tem sido uma das características mais marcantes dos últimos anos. Segundo Azevedo e Feijó (2010), esse fenômeno é conhecido como a segunda onda de regionalismo, em contraste à primeira onda, ocorrida nas décadas de 1950 e 1960, e já atinge quase a totalidade dos países integrantes da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em 1995, a OMC era composta por 112 países, chegando a 161¹³ em 2015 (WTO, 2016). A maioria dos países que passaram a fazer parte da OMC são nações em desenvolvimento, que passaram de 79 para 116, em 20 anos, seguida dos países em transição que passaram de zero a 7, conforme a última publicação da OMC e como representado no gráfico 1.

Gráfico 1: Expansão de Membros da OMC



Fonte: WTO (2016), adaptado pelo autor.

Enquanto o Mercosul enfrenta uma série de desafios para aprofundar seu processo de integração, tem ocorrido uma multiplicação de APCs pelo mundo, especialmente, pela demora para a OMC finalizar a Rodada de Doha segundo a Organização Mundial do Comércio (WTO, 2016). A China (15), os demais países Asiáticos (69) e a União Europeia

¹³ Os cinco países-membros do Mercosul aderiram a OMC no dia 01º de Janeiro de 1995. Embora todos já fizessem parte do GATT, sendo, dentre estes, o Brasil o primeiro país a aderir ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (*General Agreement Tariffs and Trade, GATT*), no dia 30 de Julho de 1948, conforme WTO (2016).

(37) juntas contemplam 121 APCs. O Chile e o México, por sua vez, têm 39, sendo que o Chile estuda sua participação no acordo de livre comércio com o *Trans Pacific Partnership* - TPP (Parceria Transpacífico).¹⁴

De acordo com Thorstensen e Ferraz (2014), a razão principal desta multiplicação de acordos preferenciais é a necessidade de criar um quadro mais avançado e transparente de regras para o comércio internacional, permitindo maior previsibilidade ao comércio.

A formação de blocos mesmo que não tenham, necessariamente, como objetivo principal os aspectos econômicos, sempre terão implicações econômicas. Alguns setores irão encontrar oportunidade de expansão, enquanto outros deverão se contrair. Embora apresentem estrutura e propósitos diferentes, a intenção é comum - reduzir as barreiras ao comércio entre seus membros (AZEVEDO, 2011).

Priorizando cada vez mais a expansão comercial, os APCs procuram estabelecer, além da redução ou eliminação das tarifas, a harmonização das regulamentações técnicas e fitossanitárias através de padrões comuns, ou, pelo menos, o mútuo reconhecimento de padrões já estabelecidos entre os mercados.

Os APCs proporcionam a seus membros uma série de benefícios e eventuais custos, que ajudam a explicar as diversas fontes de ganhos aos seus participantes. Os ganhos estáticos estão relacionados à ideia originalmente desenvolvida por Viner¹⁵ (1950) de criação e desvio de comércio. Há ainda os ganhos associados às economias de escala. Também se destacam os benefícios gerados pela expectativa de maior crescimento econômico, via transferência de tecnologia ou investimentos diretos externos (IDE).

3.1 CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO

Identifica-se criação ou desvio de comércio a partir da análise comparativa do comércio antes e após a criação do bloco. Quando um país começa a importar de um parceiro do bloco um bem que antes produzia internamente, com maior eficiência na produção e proporcionando ganho de bem-estar ao consumidor, caracteriza-se a criação de comércio. No entanto, quando um país começa a importar de um parceiro um bem que antes importava de um país de fora do bloco, mais eficiente, está ocasionando um desvio de comércio (SILVEIRA, 1998).

¹⁴ Tradução do autor. *Trans-Pacific Partnership*, acordo entre Estados Unidos, Austrália, Brunei, Canadá, Singapura, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã.

¹⁵ Informações e ilustrações quanto aos efeitos da criação e desvio de comércio sobre um APC podem ser extraídas em Viner, 1950.

Para que ocorra a criação do comércio é necessário que as economias dos países membros de um mesmo APC sejam efetivamente competitivas anteriormente à união e, potencialmente, complementares após sua formação, quando ocorre a substituição da produção interna por importações de países parceiros do bloco, desde que mais eficientes. Essa substituição beneficia o país importador por proporcionar melhor alocação dos recursos disponíveis em segmentos de maior vantagem comparativa, o que resulta em aumento do bem-estar (CAVES et al, 2001).

Já o desvio de comércio está associado à perda de bem-estar justamente em decorrência de importações negociadas com países-membros do bloco quando, na verdade, os países mais eficientes são os de fora do bloco. No entanto, Yeats (1997) ressalta que, mesmo com desvio de comércio, se há queda nos preços por parte do produtor, pode ocorrer um aumento do bem-estar do consumidor, resultado de um importante benefício econômico ocasionado pela formação de APCs, devido à expansão do consumo. Os efeitos da criação e do desvio de comércio podem ser observados no quadro 1.

Quadro 1: Criação e Desvio de Comércio

EFEITO	ANTES	DEPOIS	CONSEQUÊNCIAS
Criação de Comércio	$P_b < P_a (1+t) < P_w (1+t)$	$P_a < P_b < P_w (1+t)$	Consumo aumenta, preço diminui, Importação aumenta, produção em b diminui.
	Então: produção doméstica	Então: Importa-se do parceiro	
Desvio de Comércio	$P_w (1+t) < P_a (1+t) < P_b$	$P_a < P_w (1+t) < P_b$	Consumo aumenta, preço diminui, Importação aumenta, receita pública em b diminui.
	Então: importa-se de um país terceiro	Então: Importa-se do parceiro	

Fonte: Carvalho e Silva (2002)

Onde:

P_b: País menos eficiente antes da formação do bloco com país A;

P_a: País mais eficiente;

P_w: Demais países do mundo;

1+t: Preço do país + tarifa de importação aplicada pelo país B.

Tanto o desvio quanto a criação de comércio são temas relevantes para a construção e a avaliação de modelos de integração regional. Em oposição aos benefícios agregados advindos de uma alocação mais eficiente dos fatores de produção, algumas regiões podem ser afetadas negativamente por meio da reorientação dos fluxos de comércio, nesse caso, desvio

de comércio, na medida em que a abertura preferencial impacta a acessibilidade relativa entre as economias mundiais.

3.2 ECONOMIA DE ESCALA E CRESCIMENTO ECONÔMICO

A formação de APCs possibilita, principalmente aos países pequenos, ao formar acordos preferenciais com países maiores, a oportunidade de inserção no mercado global por intermédio do ganho de escala na produção de determinados bens, por consequência do aumento na produção e da redução do custo unitário final. A melhora de bem-estar, proporcionado por uma maior integração regional, é o principal argumento econômico para que países formalizem APCs, em razão de um melhor aproveitamento do comércio proporcionado pelo ganho de escala e maior variedade de produtos ao consumidor (AZEVEDO, 2011; CAVES et al, 2001; SILVEIRA, 1998).

Para Azevedo (2011), uma forma de possibilitar a ampliação do mercado é permitir que firmas maiores e mais eficientes, após a formação do acordo, explorem as economias de escala obtidas em um ambiente de maior competição, quando, além do ganho de escala após a formação de um APC, poderá ocorrer o efeito diversidade, em consequência do aumento da variedade de produtos disponíveis aos consumidores. O autor enfatiza que a ampliação dos bens ofertados e a redução dos preços dos produtos importados de países de dentro do bloco, devido à redução do custo médio de produção decorrente dos ganhos de escala, proporciona ganhos de bem-estar aos consumidores.

Caves et al (2001) afirmam que a concorrência e as oportunidades adicionais, em decorrência do comércio internacional, incentivam uma redução da quantidade de variedades produzidas por qualquer país, pois o objetivo passa a ser o ganho de escala e não mais a diversificação. No entanto, para o consumidor, a variedade de produtos encontrada será maior e com preços reduzidos, pois contará com diversas origens mundiais. Esse fenômeno é chamado efeito variedade.

A formação de um APC também pode afetar positivamente os termos de troca¹⁶ dos países-membros. Caso a integração proporcione maior competitividade aos mercados dos países de dentro do bloco, as firmas que operam dentro desse mercado, bem como, aquelas que exportam para este, sentirão os efeitos. Dessa forma, com a integração entre os países

¹⁶ Os termos de troca se referem à relação entre os preços de exportação e de importação de um país. Quanto maior for essa relação, ou seja, quanto maior forem os preços de exportação em relação aos de importação, maior é o benefício do país.

envolvidos com uma elevada participação na demanda mundial e a queda de suas importações após a integração, é possível que haja uma melhoria de seus termos de troca, na medida em que os preços de suas importações de fora do bloco declinem, dada a queda na demanda, de acordo com Azevedo (2011).

O crescimento econômico dos países pertencentes a um novo acordo comercial também pode ser afetado, seja por transferência de tecnologia ou investimento direto externo (IDE). A formação de um bloco regional promoveria, entre os seus membros, a difusão da tecnologia, seja por aumento do comércio ou por políticas que estimulassem o intercâmbio tecnológico. Por razão dessa proliferação, a localização internacional das atividades produtoras de conhecimento poderia ser alterada e, por consequência, incrementadas as taxas de crescimento dos membros do bloco. O IDE, por sua vez, ao elevar o influxo de capitais para os países do bloco, atraídos pela expansão do mercado e pelo livre comércio entre seus membros, elevaria as suas taxas de crescimento. (AZEVEDO, 2011).

Portanto, o comércio internacional possibilita aos países maior aprendizagem sobre novas tecnologias e maiores possibilidades comerciais, seja por investimento em capital físico ou capital humano, muitas vezes, incentivados por IDE, que supõe que a mesma tecnologia esteja disponível, sem custos, para todas as nações, conforme apontam Caves et al (2001).

3.3 REVISÃO EMPÍRICA

Os modelos de EGC têm sido amplamente empregados para avaliar o impacto dos APCs sobre países-membros e não membros. Conforme Azevedo (2008), os modelos de EGC permitem verificar os efeitos do comércio internacional, identificando as mudanças nas importações e na produção doméstica, o que possibilita verificar o impacto sobre o principal objetivo da política econômica, o bem-estar, pois, através desta metodologia, é possível identificar diretamente a criação ou desvio de comércio.

A principal vantagem dos modelos de EGC é que eles oferecem um quadro rigoroso e teoricamente consistente para analisar as questões de política comercial, no entanto, cabe considerar que os resultados obtidos através das simulações só devem ser usados para dar uma noção sobre o quanto uma mudança na política pode significar para o bem-estar econômico ou comercial, já que irá permitir a identificação das fontes de mudanças quanto aos termos de troca, economias de escala ou mesmo, de uma alocação mais eficiente dos recursos (PIERMARTINI E TEH, 2005).

Azevedo e Feijó (2010) enfatizam que as mudanças de bem-estar estão associadas às reduções preferenciais da estrutura de proteção, através de efeitos estáticos e dinâmicos da integração, sendo que os ganhos estáticos surgem da especialização da produção de acordo com as vantagens comparativas, alteração nos termos de troca, aumento de eficiência devido à maior competição externa e economias de escala, enquanto os efeitos dinâmicos se referem às mudanças nas taxas de crescimento econômico.

Nesse contexto, esta subseção apresenta artigos que têm como objetivo criar cenários e mensurar seus resultados quanto à formação de APC para o Mercosul ou somente para o Brasil, com base na metodologia de EGC.

Coelho et al (2006), com base na versão GTAP-6, analisam o impacto da entrada da Venezuela no Mercosul, processo que os autores descrevem como rápido, mas incompleto quanto à definição dos itens que irão compor a lista de exceções da TEC pela Venezuela. Destacam a importância do maior valor agregado das importações da Venezuela provenientes do bloco e do Brasil: especialmente ao comércio de automóveis, máquinas e equipamentos, embora a Venezuela aplique uma maior proteção tarifária, tanto extra quanto intrabloco, quando comparada à aplicada pelo Mercosul, com diferença média de dois pontos percentuais. No entanto, observa-se que o Brasil seria o principal beneficiário em termos comerciais, embora os benefícios quanto ao bem-estar sejam percebidos tanto para os países do Mercosul quanto para a Venezuela. Em relação aos impactos setoriais, os setores mais beneficiados no Brasil seriam automóveis, vestuário, construção e têxteis, que apresentaram variações positivas entre 0,35% e 3%, enquanto os setores que mais se prejudicaram foram lã-casulo de seda, metais não ferrosos e carnes não bovinas, com variações entre -0,5% e -1,3%.

Na mesma versão GTAP-6, Curzel e Silber (2007) destacaram ganhos de bem-estar para o Mercosul. Nesse estudo, os autores analisaram dez cenários de política comercial, repetindo os mesmos cenários com exclusão de produtos sensíveis às negociações. Entre os dez, cinco apresentaram ganhos de bem-estar para o Mercosul, considerando as opções com e sem a exclusão dos produtos sensíveis, porém, os maiores ganhos foram identificados em um acordo simultâneo com a ALCA e a UE.

No estudo realizado por Thorstensen e Ferraz (2014), utilizando a versão GTAP-8, os autores analisaram quatro diferentes cenários para o Brasil, como estado independente do bloco, frente aos mega acordos comerciais, TTIP¹⁷ e TPP, que estão em formação e seus respectivos impactos. Eles observaram que a formação desses dois mega acordos

¹⁷ *Transatlantic Trade and Investment Partnership*, Comércio transatlântico e parceiros de investimentos (tradução do autor). Acordo entre Estados Unidos e União Europeia.

representaria sérias ameaças aos interesses do Brasil que, por se manter no Mercosul, por razão do atual quadro jurídico, impossibilitariam o Brasil de formar qualquer acordo bilateral. Os autores destacam que, após a formação do TTIP, não há mais lógica em o Brasil negociar um APC somente com a UE sem incluir negociações com os EUA. Por fim, o estudo aponta ganho de comércio internacional para o Brasil, seja com a formação de um APC com a TTIP ou com a TPP, com aumento nas exportações, principalmente, do setor agrícola, e importações intrabloco, com destaque para maiores ganhos a partir da redução substancial das BNT's.

Uma possível integração comercial entre o Brasil e a UE, com ênfase no grau de intensidade tecnológica, para o período de 2000 a 2012, foi examinada por Megiato, Massuquetti e Azevedo (2016), com uso da versão GTAP-8. Os autores puderam observar que tanto o Brasil quanto a UE tiveram ganhos de bem-estar e volume de produção, mesmo que em setores de intensidades tecnológicas diferentes. Enquanto o Brasil obteve aumento maior das exportações de produtos primários, a UE observou aumento de comércio nos setores de maior intensidade tecnológica.

Ao encontro dos resultados obtidos nos estudos já destacados, de Megiato, Massuquetti e Azevedo (2016) e Thorstensen e Ferraz (2014), o estudo de Vieira e Azevedo (2015), na versão GTAP-6, também identifica possíveis ganhos de comércio e bem-estar através de um APC entre Brasil e UE, assim como o Brasil seria imensamente impactado por perdas de comércio e bem-estar após a formação da TTIP. Dessa forma, os autores acrescentam que, através de um acordo entre Brasil e UE, a perda de bem-estar oriunda da TTIP seria revertida, com destaque especial para a indústria alimentícia brasileira.

Oliveira e Azevedo (2015), em seu estudo com a utilização da versão GTAP-6, apresentam resultados acerca da plena liberalização do comércio entre os países que compõem a AP¹⁸ e os impactos que poderiam gerar no Mercosul. Os autores observaram claramente que há ganhadores e perdedores nesse processo. Os maiores ganhos comerciais e de bem-estar foram identificados para Chile e México, ambos países da AP, já os países mais prejudicados e com deterioração em seus termos de troca seriam os membros do NAFTA e do Mercosul, já que as preferências concedidas aos parceiros da AP reduziram o acesso desses dois parceiros comerciais ao mercado do bloco, sendo que a menor demanda por seus produtos causou uma queda de seus preços de exportação. A seguir, o quadro 2 apresenta uma síntese dos estudos empíricos apresentados.

¹⁸ Aliança do Pacífico, integração econômica entre Chile, México, Peru e Colômbia, formalizada em 06 de junho de 2012, no Chile.

Quadro 2: Síntese dos Estudos Empíricos

AUTORES / ANO	MODELO/VERSÃO	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES
Coelho et al. (2006)	EGC - GTAP/ 6	Aumento do comércio internacional e ganho de bem-estar com a entrada da Venezuela no Mercosul, com destaque para ganhos do Brasil.
Curzel e Silber (2007)	EGC - GTAP/ 6	Consideráveis ganhos de bem-estar para o Mercosul em acordos comerciais simultâneos com ALCA e UE.
Thorstensen e Ferraz (2014)	EGC - GTAP/ 8	Necessidade do Brasil reavaliar sua participação nos mega-acordos pois, ao se manter fora, terá expressivas perdas de comércio e bem-estar.
Megiato, Massuquetti e Azevedo (2016)	EGC - GTAP/ 8	Ganho de bem-estar para o Brasil quando firmado um APC com a União Europeia.
Oliveira e Azevedo (2015)	EGC - GTAP/ 6	Maiores ganhos obtidos por Chile e México e, nenhum ganho com quedas em seus termos de troca para o Mercosul.
Vieira e Azevedo (2015)	EGC - GTAP/ 6	O TTIP promoveu ganhos ente EUA e UE e, no Brasil, uma redução nas exportações gerando perda líquida de bem-estar.

Fonte: Próprio Autor.

Conforme observado nesta seção, estudos já foram realizados a fim de criar cenários e mensurar resultados de prováveis integrações e acordos comerciais entre determinados países e blocos, contribuindo para antecipar os efeitos e guiar a tomada de decisões. Os artigos apresentados nesta subseção apresentam algumas convergências. Em todos há ganhos de bem-estar para o Brasil, bem como o apontamento para o setor primário brasileiro como o mais beneficiado pelos acordos comerciais, embora o setor de automóveis apresente os maiores ganhos com uma integração completa entre o Mercosul e a Venezuela. Além disso, o Brasil seria prejudicado com a formação de mega acordos comerciais, como a TTIP e a TPP, refletindo a maior dificuldade para acessar esses mercados, que seriam revertidos, caso o Brasil passasse a formar acordos com parceiros comerciais relevantes. Isso reforça a necessidade de o Brasil buscar alternativas para o seu atual grau de isolamento em relação a grandes mercados, inclusive dentro das Américas.

4 ANÁLISE DOS EFEITOS DOS ACORDOS COMERCIAIS

Este capítulo apresenta os resultados das três simulações realizadas, com ênfase no comércio e bem-estar. Inicialmente, é realizada uma breve descrição dos modelos de Equilíbrio Geral Computável, apresentando-se a agregação regional e setorial empregada. Logo após, os cenários são descritos e os resultados são apresentados.

4.1 O MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL COMPUTÁVEL

O modelo de Equilíbrio Geral Computável engloba um conjunto de dados econômicos determinados endogenamente através de relações microeconômicas com a proposta de resolver o problema de equilíbrio geral de forma numérica ao fornecer resultados abrangentes e detalhados dos efeitos quanto às mudanças políticas (FOCHEZATTO, 2003).

O modelo de EGC empregado nesse estudo adota uma estrutura de mercado de competição perfeita e retornos constantes de escala, ideal para análises relativas à integração comercial. Ele propiciará simular e avaliar os três cenários propostos para o Brasil neste estudo: (i) transformação do bloco em uma zona de livre comércio; (ii) formação de uma área de livre comércio entre todos os países da América do Sul, seguindo os passos da UNASUL; e (iii) criação de um acordo no formato da antiga ALCA, envolvendo todos os países das Américas.

Para simular e avaliar esses cenários, serão considerados produtos de acordo com a intensidade tecnológica, conforme a classificação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com Furtado e Carvalho (2005), a classificação da OCDE tem se restringido aos gastos em Planejamento e Desenvolvimento (P&D) para classificar os setores¹⁹. Essa classificação, por sua vez, possibilita identificar diferenças estruturais entre esforços inovativos e mudança tecnológica dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nas nações desenvolvidas, a intensidade tecnológica

¹⁹ A OCDE classifica os setores em quatro grupos principais de intensidade tecnológica: (i) alta: setores aeroespacial; farmacêutico; de informática; eletrônica e telecomunicações; instrumentos; (ii) média-alta: setores de material elétrico; veículos automotores; química, excluído o setor farmacêutico; ferroviário e de equipamentos de transporte; máquinas e equipamentos; (iii) média-baixa: setores de construção naval; borracha e produtos plásticos; coque, produtos refinados de petróleo e de combustíveis nucleares; outros produtos não metálicos; metalurgia básica e produtos metálicos; (iv) baixa: outros setores e de reciclagem, madeira, papel e celulose; editorial e gráfica; alimentos, bebidas e fumo; têxtil e de confecção, couro e calçados. (FURTADO E CARVALHO, 2005).

descreve a velocidade de deslocamento da fronteira tecnológica internacional, já nas nações em desenvolvimento, essa intensidade descreve os esforços relativos que devem ser realizados no processo de transferência internacional de tecnologia.

A versão da base de dados será GTAP 9, composta por 140 regiões e 57 setores, com referência ao equilíbrio inicial ocorrendo em 2011. O GTAP é uma rede global de pesquisadores e formuladores de políticas e de análise quantitativa de questões de política internacional, que representa a economia mundial. O GTAP Data Base é a peça central do *Global Trade Analysis Project*, que registra os fluxos anuais de bens e serviços para toda a economia mundial, no ano de referência, e consiste em matrizes bilaterais de comércio, transportes e proteção, que apontam as bases de dados econômicos de cada país (GTAP, 2016).

4.2. AGREGAÇÃO SETORIAL E REGIONAL

As regiões e os setores da versão 9 da base de dados do GTAP foram agrupados em 12 regiões e 4 setores com o intuito de identificar e avaliar os impactos que os três cenários propostos possibilitariam ao Brasil. Na agregação regional, estão os membros do bloco Mercosul, separados por país, e outros que englobam as principais regiões das Américas, além de grandes parceiros comerciais do Brasil de outras regiões, como a União Europeia e os países do BRICS conforme mostra o quadro 3. A agregação setorial considerou a classificação tecnológica industrial da OCDE, baseada no indicador de intensidade de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (Gasto em P&D / valor adicionado, ou gasto em P&D / produção), sendo dividida em quatro categorias. No entanto, essas categorias industriais foram agrupadas em apenas duas (baixa e média-baixa e média-alta e alta tecnologia), considerando-se também os produtos primários e os serviços.

Quadro 3: Agregação Regional e Setorial

<u>Agregação Regional</u>
<p>* Argentina (ARG)</p> <p>* Brasil (BRA)</p> <p>* Paraguai (PAR)</p> <p>* Uruguai (URU)</p> <p>* Venezuela (VEN)</p> <p>* CAN: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.</p> <p>* Resto da América do Sul (R.A.Sul): Bolívia, Chile, Resto da América do Sul</p> <p>* Resto das Américas (R.AMs): Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, El Salvador, Resto da América Central, República Dominicana, Jamaica, Porto Rico, Trindade, Caribe.</p> <p>* BRICS: Rússia, Índia, China e África do Sul</p> <p>* União Europeia (EU 28): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia, Suécia.</p> <p>* NAFTA: Canadá, Estados Unidos e México.</p> <p>* Resto do mundo (R.MUN): Austrália, Nova Zelândia, Resto da Oceania, Hong Kong, Japão, Coreia do Sul, Mongólia, Taiwan, Resto do Leste Asiático, Brunei Darussalam, Camboja, Indonésia, República Democrática Popular do Lau, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietnã, Resto do Sudeste da Ásia, Bangladesh, Nepal, Paquistão, Sri Lanka, Resto do Sul da Ásia, Suíça, Noruega, Resto da Associação Europeia de Livre Comércio, Albânia, Belarus, Ucrânia, Resto do Leste Europeu, Resto da Europa, Cazaquistão, República Quirguiz, Resto da Antiga União Soviética, Armênia, República do Azerbaijão, , Geórgia, Barém, Irã, Israel, Jordânia, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Turquia, Emirados Árabes, Resto do Leste da Ásia, Egito, Marrocos, Resto do Oriente Médio, Tunísia, Resto do Sul Africano, Benin, Burquina Faso, Camarões, Costa do Marfim, Gana, Guiné, Nigéria, Senegal, Togo, Resto Leste Africano, África Central, África do Sul, Etiópia, Quênia, Madagascar, Malawi, Moçambique, Ruanda, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbabue, Resto da SADC, Madagascar, Botswana, Namíbia, Uganda, Resto da África Subsaariana, Resto do mundo.</p>
<u>Agregação Setorial</u>
<p>* Primários (PRIM): arroz, trigo, cereal, frutas, vegetais, oleaginosas, cana de açúcar, açúcar de beterraba, fibras e outras, culturas, animais vivos, produtos de origem animal, leite e lã, carnes, óleos e gorduras, laticínios, arroz processado, açúcar, silvicultura, pescados, óleos, carvão e gás.</p> <p>* Baixa e Média-Baixa Tecnologia (B&MB): bebidas e tabacos e outros produtos alimentícios processados, têxteis, vestuário e artigos em couro, madeira, papel, borracha e minerais, produtos de metais, metais ferrosos, gás, petróleo e carvão.</p> <p>* Média-Alta e Alta Tecnologia (MA&A): veículos motorizados, peças automotivas e equipamentos de transporte, produtos químicos, plásticos, máquinas, equipamento eletrônicos e outros equipamentos, outras manufaturas.</p> <p>* Serviços (SERV): eletricidade, distribuição de gás, água, construção, comércio, transporte marítimo, aéreo e outros, comunicação, serviços financeiros, seguros, serviços para negócios, recreação, administração pública, defesa, saúde, e educação e habitação.</p>

Fonte: GTAP 9 (Base de dados).

4.3 CENÁRIOS

A avaliação dos efeitos da transformação do Mercosul em uma ZLC, a formação de uma área de livre comércio entre os países da América do Sul e/ou acordo com demais países da América Central e Norte, é realizada supondo os três cenários abaixo:

I. Cenário 1 - Transformação do Mercosul em uma zona de livre comércio: a simulação considerou uma redução linear para todos os parceiros comerciais de 50% das tarifas de importação para Uruguai e Paraguai e, 20% para Argentina. Já o Brasil manteve as suas tarifas de importação de países de fora do bloco no mesmo patamar.²⁰

II. Cenário 2 - Formação de uma área de livre comércio entre todos os países da América do Sul, seguindo os passos da UNASUL: a simulação eliminou as tarifas de importação entre o comércio dos países da América do Sul, mantendo as mudanças das tarifas do cenário 1.

III. Cenário 3 - Criação de um acordo no formato da antiga ALCA envolvendo todos os países das Américas: a simulação considerou a formação de um acordo de livre comércio entre os países das três Américas, do Sul, Central e do Norte, mantendo as alterações das tarifas dos cenários 1 e 2.

A análise dos cenários propostos partiu de um ajuste prévio nas tarifas de importação dos países-membros do Mercosul, com exceção da Venezuela, para alíquotas zero. A base de dados do GTAP demonstrou a existência de tarifas de importação no comércio intrabloco dos países do Mercosul, no entanto, assume-se que essas fossem iguais a zero, no ano-base. Para refletir esse cenário, utilizou-se o procedimento *Altertax*, um recurso do GTAP que permite ajustar os dados no período-base, previamente às simulações pretendidas. Cabe observar que a análise se restringirá, em todos os cenários, aos efeitos estáticos da integração comercial. A tabela 1 mostra as tarifas de importação bilaterais após o *Altertax* ²¹.

Para descrever os setores utilizou-se a nomenclatura abaixo:

- PRIM = bens do setor primário.
- B&MB = bens do setor de baixa e média-baixa tecnologia.
- MA&A = bens do setor de média-alta e alta tecnologia.
- SERV = bens do setor de serviços.

²⁰ Esse procedimento *ad hoc* de redução das tarifas de importação buscou refletir o menor protecionismo dos países pequenos do bloco, que antes da implementação da TEC adotavam tarifas mais baixas, especialmente em comparação ao Brasil. Assim, com a autonomia de sua política comercial, eles tenderiam a reduzir mais significativamente as suas tarifas em relação aos parceiros maiores do bloco. Há uma literatura (ver, por exemplo, Azevedo; Massuquetti, 2009) que mostra que o Brasil foi o maior responsável pela formatação da TEC para a grande maioria dos produtos, buscando trazê-la para um patamar mais elevado e próximo àquele praticado pelo país antes da formação do bloco.

²¹ A tabela com as tarifas de importação anteriores ao *Altertax* consta no apêndice 2.

Tabela 1: Tarifas de importação após o Altertax

ARGENTINA	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	0,02	0,04	0,01	2,41	1,86	4,51	1,68
B&MB	0	0	0	0	0,63	0,34	0,03	5,56	4,05	18,64	10,94	15,77
MA&A	0	0	0	0	0,55	1,77	0,12	7,18	6,34	10,71	10,6	11,67
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BRASIL	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	0	0,08	0,91	1,97	4,39	7	0,75
B&MB	0	0	0	0	0	0,09	0,04	3,93	4,88	12,52	12,05	8,93
MA&A	0	0	0	0	0,1	0,12	2,56	7,31	7,56	11,2	11,41	11,19
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARAGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	8,02	0	1,63	3,96	11,48	9,4	10,31
B&MB	0	0	0	0	0,02	5,2	0	6,11	7,01	15,72	12,81	11,45
MA&A	0	0	0	0	3,31	3,18	0,01	6,67	6,29	7,37	7,66	9,55
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
URUGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	1,63	0	3,95	3,94	5,43	6,94	0,69
B&MB	0	0	0	0	1,64	4,01	0,01	4,73	2,46	19,5	12,38	13,7
MA&A	0	0	0	0	0,31	1,05	0,15	10,72	5,34	11,18	7,68	8,67
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações no GTAP 9.

Os resultados apresentados evidenciam os níveis de protecionismo de cada país para cada setor. Após o setor de serviços, que apresenta tarifas zeradas para todos os países, o primário é o que possui as menores tarifas, aplicadas pela Argentina e pelo Brasil, respectivamente.

A maior proteção é observada no setor de baixa e média-baixa tecnologia, especialmente das importações oriundas do BRICS e da UE. O Uruguai apresenta a maior tarifa nesse setor para o BRICS, que chega a 19,5%, seguido da Argentina, com 18,64%. O mesmo ocorre com o Brasil, com elevadas tarifas para esse setor para as importações da UE e BRICS, 12,05% e 12,52%, respectivamente.

A partir dos resultados aqui apresentados, realizaram-se os três cenários propostos no estudo, cujos resultados são destacados no subcapítulo a seguir.

4.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.4.1 Cenário 1: Transformação do Mercosul em uma Zona de Livre Comércio

Conforme destacado anteriormente, o cenário 1 considera uma redução linear nas tarifas de importação de 50% para Uruguai e Paraguai, 20% para a Argentina, mantendo-se as

tarifas inalteradas para o Brasil. A queda tarifária em cada um dos países do bloco pode ser observada na tabela 2. Como era de se esperar, as maiores reduções ocorreram no Paraguai e no Uruguai, para a maioria dos parceiros comerciais, concentrando-se no setor de baixa e média-baixa tecnologia.

Tabela 2: Redução das tarifas de importação (em pontos percentuais – p.p)

ARGENTINA	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	0	-0,01	0	-0,48	-0,37	-0,9	-0,34
B&MB	0	0	0	0	-0,12	-0,07	0	-1,11	-0,81	-3,73	-2,19	-3,16
MA&A	0	0	0	0	-0,11	-0,35	-0,02	-1,44	-1,27	-2,14	-2,12	-2,33
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BRASIL	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
B&MB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MA&A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARAGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	-4,01	0	-0,81	-1,98	-5,74	-4,7	-5,16
B&MB	0	0	0	0	-0,01	-2,6	0	-3,05	-3,51	-7,86	-6,41	-5,73
MA&A	0	0	0	0	-1,65	-1,59	0	-3,33	-3,15	-3,68	-3,83	-4,78
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
URUGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	-0,81	0	-1,97	-1,97	-2,71	-3,47	-0,35
B&MB	0	0	0	0	-0,82	-2	0	-2,36	-1,23	-9,75	-6,19	-6,85
MA&A	0	0	0	0	-0,15	-0,52	-0,08	-5,36	-2,67	-5,59	-3,84	-4,33
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP 9.

A tabela 3 mostra o comportamento das importações após a redução das tarifas, em que é possível observar que Argentina, Paraguai e Uruguai tiveram um expressivo aumento nas importações dos países de fora do Mercosul, com queda das importações dos países do bloco. Esse resultado era esperado, pois esses países reduziram as suas tarifas de importação extrabloco, beneficiando os parceiros de fora do Mercosul. Os países da União Europeia tiveram maior representatividade nos itens do setor primário, seguido do BRICS nos itens de baixa e baixa-média tecnologia e Resto do Mundo nos de média-alta e alta tecnologia. O Paraguai foi o país do Mercosul que apresentou o maior aumento nas importações, que cresceram 293,53%, seguido do Uruguai, 101,41% e da Argentina, 19,89%.

O Brasil, por sua vez, que não alterou as suas tarifas, sofreu o menor impacto em suas importações. No entanto, as suas exportações para os membros do Mercosul declinaram de forma significativa em alguns casos, especialmente em produtos de média-alta e alta

intensidade tecnológica. Nesse segmento, houve retração de 16,1% para o Uruguai, 12,8% para o Paraguai e 6,15% para a Argentina. Isso parece confirmar a existência de desvio de comércio nesse segmento, pois com a redução tarifária dos demais parceiros do bloco haveria uma alteração significativa de suas importações para países de fora do Mercosul, em detrimento das exportações brasileiras.²²

Tabela 3: Importações bilaterais dos países do Mercosul (Variação %)

ARGENTINA	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	-0,43	-0,64	-0,4	-0,94	-0,93	-0,82	-0,96	3,74	2,61	7,85	2,28
B&MB	0	-4,62	-3,52	-4,41	-4,47	-4,84	-5,13	1,03	-0,67	14,98	6,9	12,04
MA&A	0	-6,15	-2,53	-1,95	-6,13	-4,49	-6,68	2,76	1,64	7,41	7,3	8,71
SERV	0	0,73	0,37	-0,74	0,18	0,16	0,2	0,1	0,11	0,06	0,09	0,09
BRASIL	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-0,19	0	0,15	0,37	-0,21	-0,21	-0,18	-0,22	-0,26	-0,31	-0,29	-0,27
B&MB	0,05	0	1,48	0,51	-0,28	-0,3	-0,24	-0,36	-0,36	-0,41	-0,39	-0,38
MA&A	1,33	0	4,19	4,84	-0,41	-0,44	-0,37	-0,53	-0,52	-0,59	-0,56	-0,55
SERV	-0,78	0	-0,04	-1,14	-0,23	-0,25	-0,2	-0,31	-0,3	-0,34	-0,32	-0,32
PARAGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-5,31	-4,8	0	-4,79	-5,3	37,94	-5,26	2,56	14,57	60,02	46,45	52,32
B&MB	-7,13	-6,88	0	-6,68	-7,37	7,76	-7,38	10,51	13,26	41,86	31,97	27,47
MA&A	-11,98	-12,8	0	-8,98	-2,47	-2,96	-13,38	9,35	7,95	11,87	12,95	20,16
SERV	-0,61	0,49	0	-0,97	-0,05	-0,08	-0,03	-0,13	-0,13	-0,17	-0,15	-0,14
URUGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-3,85	-3,32	-3,51	0	-3,84	4,16	-3,79	16,33	16,24	24,5	33,39	-0,6
B&MB	-11,67	-11,42	-10,39	0	-7,51	-0,91	-11,9	1,11	-5,31	47,62	24,18	28,4
MA&A	-15,35	-16,12	-12,73	0	-15,82	-13,54	-16,29	20,02	0,5	21,69	8,72	12,34
SERV	0,38	1,49	1,13	0	0,94	0,92	0,97	0,86	0,87	0,82	0,85	0,85

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP 9.

As três tabelas a seguir, 4, 5 e 6, destacam os efeitos de bem-estar, alocativos e termos de troca. O cenário 1 mostra que o Brasil é o único país-membro do bloco que não sofre impacto positivo sobre o bem-estar e alcança a maior perda entre todas as regiões, que chega a USD 481,78 milhões, justamente por ser aquele que não reduziu suas tarifas de importação. Os demais países do Mercosul, que reduziram suas tarifas, beneficiam com um aumento de bem-estar, com destaque para a Argentina, que obtém os maiores ganhos, que chegam a USD 394,3 milhões, seguida de Uruguai e Paraguai, USD 140,18 milhões e USD 51,64 milhões, respectivamente.

Os ganhos de bem-estar da Argentina, Paraguai e Uruguai se concentram no aumento da eficiência alocativa, com seus fatores de produção sendo mais bem empregados em setores

²² Há uma vasta literatura, iniciada por Yeats (1997), mostrando a existência de desvio de comércio em vários setores após a formação do Mercosul, especialmente de setores industriais de maior intensidade tecnológica.

onde são mais eficientes após a liberalização tarifária. A Argentina é o país que apresenta o maior resultado total nos efeitos alocativos, com destaque ao setor de bens de média-alta e alta tecnologia. Esses países, no entanto, apresentam uma pequena piora dos termos de troca, que reduz parcialmente seus ganhos totais de bem-estar. Essa perda está associada ao aumento da demanda pelos produtos importados após a redução tarifária, que passam a entrar nesses países com preços mais elevados. O Brasil, por sua vez, obtém perdas tanto de eficiência alocativa como em seus termos de troca.

Tabela 4: Efeitos sobre o bem-estar (em milhões de dólares)

REGIÕES	EFEITO ALOCATIVO	TERMOS DE TROCA	EFEITO I-S	EFEITO TOTAL
1 ARGENTINA	398,27	-29,41	25,43	394,3
2 BRASIL	-230,7	-260,63	9,55	-481,78
3 PARAGUAI	63,63	-2,05	-9,94	51,64
4 URUGUAI	161,29	-11,67	-9,44	140,18
5 VENEZUELA	-5,2	-3,02	5,45	-2,78
6 CAM	-3,3	-2,21	0,9	-4,61
7 R.A.SUL	-2,6	-10,88	2,96	-10,52
8 R.AMs	2,41	6,09	-0,19	8,31
9 NAFTA	-14,58	-44,01	-8,34	-66,93
10 BRICS	10,56	227,15	-17,8	219,91
11 UE_28	70,58	114,65	8,99	194,22
12 R.MUNDO	29,83	15,78	-7,59	38,02
TOTAL	480,2	-0,22	-0,02	479,96

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP 9.

A decomposição da eficiência alocativa mostra que os ganhos de bem-estar se disseminam em todos os setores nos três parceiros menores do Mercosul, Argentina, Paraguai e Uruguai. Os maiores ganhos nesses países se concentram no setor de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, setores que apresentavam, antes das reduções, as maiores tarifas, enquanto no Brasil, as maiores perdas ocorriam no setor de média-alta e alta tecnologia, setor em que o país já mantinha as tarifas mais altas e, em decorrência de não aplicar nenhum percentual de redução, acabaram por se tornar ainda mais relevantes. Esse choque teria um efeito total de USD 480,2 milhões, concentrando-se naqueles países que liberalizaram as suas economias.

Tabela 5: Decomposição da eficiência alocativa (em milhões de dólares)

SETORES	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-2,06	4,64	1,78	1,77	-0,27	-0,3	-0,06	-0,61	-0,69	-50,6	9,98	14,61
B&MB	98,54	-41,18	32,88	78,2	-2,25	-0,8	-0,94	3,35	-5,6	17,98	28,2	14,55
MA&A	221	-168,36	28,08	71,11	-2,53	-2,4	-1,19	-0,6	-2,46	36,72	20,65	4,57
SERV	80,83	-21,05	0,88	10,21	-0,15	-0,1	-0,39	0,12	-6,29	4,91	3,9	-6,9
TOTAL	398,3	-230,7	63,63	161,3	-5,2	-3,3	-2,6	2,41	-14,58	10,56	70,58	29,83

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP 9.

A tabela 6 mostra os resultados quanto aos termos de troca para cada região e percebe-se que o Brasil, como visto na tabela 4, apresentou a maior deterioração dos termos de troca, com perdas de USD 260,7 milhões, com a redução das preferências tarifárias nos seus parceiros do bloco. Cabe destacar que nenhum dos países-membros do bloco apresentou resultados positivos neste efeito, sendo o Paraguai o de menor resultado negativo, de USD 2,09 milhões.

Tabela 6: Variação nos termos de troca (em milhões de dólares)

SETORES	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-3,87	-87,52	-1,31	-2,17	8,39	-5,64	-3,63	2,78	5,99	66,09	30,17	7,33
B&MB	-7,47	-78,33	-0,43	-4,87	0,61	-1,79	-10,05	1,55	3,47	65,53	18,44	11,79
MA&A	-36,62	-41,29	0,88	-9,46	-14,3	7,82	7,91	2,24	-34,76	74,24	37,66	-19,8
SERV	18,53	-53,59	-1,23	4,73	2,22	-2,6	-5,13	-0,48	-18,71	21,3	28,38	16,46
TOTAL	-29,43	-260,7	-2,09	-11,8	-3,02	-2,21	-10,89	6,1	-44,01	227,16	114,65	15,78

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP 9.

Os resultados dessa simulação, que buscou criar um cenário de retrocesso do Mercosul a uma fase de zona de livre comércio, não se mostraram favoráveis para o Brasil, supondo a redução das tarifas de importação apenas para Argentina, Paraguai e Uruguai. A próxima simulação considera a possibilidade de uma integração entre todos os países da América do Sul.

4.4.2 Cenário 2: Área de Livre Comércio da América do Sul (UNASUL)

Esse cenário considera a possibilidade da formação de uma área de livre comércio abrangendo todos os países da América do Sul. A tabela 7 mostra a queda percentual das tarifas de importação bilaterais em cada um dos países do bloco, a partir das tarifas vigentes no cenário 1. Vale ressaltar que não houve queda significativa em nenhuma das tarifas bilaterais, mostrando que já há uma série de acordos comerciais na região. Nos países do Mercosul, só há quedas para as demais regiões do continente, enquanto nessas regiões as reduções são mais abrangentes, incluindo os países do bloco. No âmbito setorial, as maiores

reduções são observadas no setor de baixa e média-baixa tecnologia, com exceção de Argentina e Brasil, onde a redução, embora pequena, é maior no setor de média-alta e alta tecnologia. As maiores quedas tarifárias ocorrem na Venezuela em relação à Argentina e ao Brasil, no setor de baixa e média-baixa tecnologia, chegando a 12 p.p. e 11 p.p., respectivamente.

Tabela 7: Redução das tarifas de importação (em pontos percentuais - p.p.)

ARGENTINA	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	-0,02	-0,03	0	0	0	0	0
B&MB	0	0	0	0	-0,5	-0,27	-0,03	0	0	0	0	0
MA&A	0	0	0	0	-0,4	-1,42	-0,1	0	0	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BRASIL	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	0	-0,08	0	0	0,01	0	0
B&MB	0	0	0	0	0	-0,09	-0,04	0	0	0	0	0
MA&A	0	0	0	0	-0,1	-0,12	-2,56	0	0	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARAGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	-4,01	0	0	0	0	0	0
B&MB	0	0	0	0	-0	-2,6	0	0	0	0	0	0
MA&A	0	0	0	0	-1,7	-1,59	-0,01	0	0	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
URUGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	-0,82	0	0	0	0	0	0
B&MB	0	0	0	0	-0,8	-2,01	-0,01	0	0	0	0	0
MA&A	0	0	0	0	-0,2	-0,53	-0,07	0	0	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VENEZUELA	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-8,5	-5,01	-0,83	-1,7	0	0	-1,24	0	0	0	0	0
B&MB	-12	-10,58	-2,91	-1,6	0	0	-1,64	0	0	0	0	0
MA&A	-5,3	-2,62	-0,38	-1,2	0	0	-0,04	0	0	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CAN	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-4,7	-4,63	-1,58	-3,2	0	0	-0,18	0	0	0	0	0
B&MB	-1,3	-1,87	-2,15	-0,9	0	0	-0,33	0	0	0	0	0
MA&A	-2,5	-1,61	-0,99	-0,8	0	0	-0,51	0	0	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.A.SUL	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-0,7	-1,43	-3,4	-4,3	-0	-0,12	-0,47	0	0	0	0	0
B&MB	-0,3	-0,7	-3,47	-2	-0,5	-0,92	-6,58	0	0	0	0	0
MA&A	-0,1	-0,17	0	-0,6	-0,4	-0,39	-4,84	0	0	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP 9.

De acordo com esse cenário, houve uma elevação do comércio entre os países da América do Sul, devido à redução tarifária, mas com magnitudes bastante diferenciadas entre

os países da região. Enquanto nos membros do Mercosul, o aumento das importações se concentrou nos demais países da região extra-Mercosul, pois houve uma perda de preferências entre os membros do bloco, em boa parte dos demais países da região, as importações dos membros do Mercosul cresceram de forma mais intensa.

Chama a atenção a queda generalizada das importações brasileiras dos demais membros do Mercosul, especialmente da Argentina. No caso argentino, embora as importações do Brasil não tenham caído em todos os setores, naqueles em que houve aumento, ele foi inferior ao observado em outros países/regiões. Essa redução do comércio interno entre os membros do Mercosul sinaliza a existência de desvio de comércio antes do choque, pois a constituição de um novo bloco e a redução de tarifas nas importações para os demais países da região provocou um redirecionamento comercial para países terceiros.

Com a formação desse novo APC, e refletindo a maior redução do protecionismo no setor de média-alta e alta tecnologia no Brasil e na Argentina, as importações desse segmento foram as que mais cresceram dos países/regiões extra-Mercosul. No caso brasileiro, o maior aumento das importações desse setor ocorreu no Resto da América do Sul, onde chegou a 20,6%. O maior aumento das importações das demais regiões da América do Sul concentraram-se no setor de baixa e média-baixa tecnologia, especialmente aquelas provenientes dos dois maiores parceiros do Mercosul. No caso da Venezuela, as importações desse setor de Argentina e Brasil cresceram 80,2% e 65,9%, respectivamente, devido às maiores quedas tarifárias.

Tabela 8: Importações bilaterais dos países da América do Sul Mercosul (Variação %)

ARGENTINA	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0,74	-1,71	0,9	3,42	3,28	2,47	2,17	2,09	1,91	1,91	1,9
B&MB	0	0,24	-0,47	0,63	6,29	3,57	1,19	1,25	1,2	1,16	1,15	1,14
MA&A	0	-0,16	-0,71	0,31	6,39	12,6	1,19	1,04	0,97	0,95	0,94	0,94
SERV	0	0,22	-0,26	0,55	1,83	1,19	0,52	1,02	0,97	0,96	0,95	0,95
BRASIL	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-3,53	0	-3,05	-0,24	1,96	1,99	1,76	1,01	0,94	0,77	0,76	0,75
B&MB	-2	0	-1,11	0	2,36	1,82	0,58	0,59	0,54	0,5	0,5	0,49
MA&A	-2,12	0	-1,11	-0,12	3,3	1,92	20,6	0,61	0,54	0,52	0,51	0,51
SERV	-1,61	0	-0,83	-0,03	1,25	0,6	-0,05	0,43	0,39	0,38	0,37	0,37
PARAGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-1,73	1,39	0	1,59	4,19	53,54	2,86	2,85	2,78	2,6	2,59	2,58
B&MB	-1,67	-0,06	0	0,32	2,83	18,72	0,71	0,92	0,88	0,83	0,83	0,82
MA&A	-1,91	-0,38	0	0,07	16,08	13,77	0,25	0,79	0,72	0,7	0,69	0,68
SERV	-1,33	-0,07	0	0,26	1,53	0,89	0,23	0,72	0,67	0,67	0,66	0,66
URUGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-3,98	-0,88	-3,59	0	1,81	10,16	0,56	0,51	0,48	0,31	0,3	0,29
B&MB	-1,9	-0,33	-1,05	0	7,78	14,3	0,47	0,66	0,61	0,57	0,57	0,56
MA&A	-2,07	-0,57	-1,18	0	3,81	5,01	0,57	0,62	0,55	0,52	0,51	0,51
SERV	-1,77	-0,52	-0,99	0	1,08	0,44	-0,22	0,27	0,23	0,22	0,21	0,21
VENEZUELA	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	74,69	30,08	-15,57	-4,95	0	-18,17	-8,29	-18,87	-18,93	-19,07	-19,08	-19,09
B&MB	80,23	65,89	6,52	-0,84	0	-8,64	0,01	-9,19	-9,24	-9,28	-9,28	-9,29
MA&A	40,19	17,29	-0,95	6,39	0	-1,56	-2,23	-1,98	-2,05	-2,07	-2,08	-2,08
SERV	-2,39	-1,14	-1,62	-0,81	0	-0,19	-0,84	-0,36	-0,4	-0,41	-0,42	-0,42
CAN	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	36,74	40,85	2,21	23,05	-7,72	-7,99	-7,26	-8,91	-8,97	-9,13	-9,13	-9,14
B&MB	4,62	9,96	10,98	3,93	0,97	-0,21	1	-0,81	-0,86	-0,9	-0,91	-0,92
MA&A	15,75	10,45	4,82	4,83	1,05	-0,29	2,5	-0,71	-0,78	-0,8	-0,81	-0,82
SERV	-2,1	-0,85	-1,32	-0,52	0,75	0,11	-0,55	-0,06	-0,1	-0,11	-0,12	-0,12
R.A.SUL	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-0,66	10,02	29,5	45,89	-1,74	-0,96	1,52	-3,08	-3,15	-3,32	-3,33	-3,34
B&MB	-1,27	2,68	20,26	11,63	4,09	5,67	46,15	-0,64	-0,68	-0,73	-0,73	-0,74
MA&A	-2,05	0,11	-1,78	3,99	4,75	3,36	41,07	0	-0,07	-0,09	-0,1	-0,1
SERV	-1,77	-0,52	-1	-0,19	1,08	0,44	-0,22	0,27	0,23	0,22	0,21	0,21

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP 9.

Diferente do cenário 1, uma abertura comercial entre os países da América do Sul proporciona ao Brasil um ganho de bem-estar que alcança um efeito total de USD 533,53 milhões, como mostra a tabela 9. Esse resultado é obtido através de uma abertura comercial com outras regiões sem manter-se, limitado, ao Mercosul, além de um maior resultado de eficiência alocativa nos setores de baixa e média-alta tecnologias e um resultado positivo quanto aos termos de troca para todos os setores, com destaque ao primário que alcançou USD 153,67 milhões.

O mesmo resultado positivo em comparação com o cenário anterior também pode ser evidenciado para a Argentina, diferente do que obteve o Paraguai e o Uruguai onde, mesmo com ganho de bem-estar, o resultado é inferior ao cenário anterior. Já a Venezuela e o CAN apresentam resultados negativos em todos os setores e alcançam juntos uma perda total de bem-estar de USD 380,64 milhões.

Tabela 9: Efeitos sobre o bem-estar (em milhões de dólares)

REGIÕES	EFEITO ALOCATIVO	TERMOS DE TROCA	EFEITO I-S	EFEITO TOTAL
1 ARGENTINA	97,01	396,09	-48,79	444,31
2 BRASIL	190,73	353,1	-10,3	533,53
3 PARAGUAI	4,62	22,18	4,94	31,74
4 URUGUAI	2,93	2,42	1,3	6,65
5 VENEZUELA	-74,14	-185,09	71,8	-187,43
6 CAM	-31,32	-166,4	4,52	-193,21
7 RESTOAMSUL	17,45	0,42	-6,87	11
8 RESTOAMS	-8,6	-15,57	-6,27	-30,44
9 NAFTA	-26,72	-75,85	-55,65	-158,22
10 BRICS	-21,22	-124,57	24,28	-121,51
11 UE_28	-98,12	-135,23	-3,29	-236,65
12 RESTOMUNDO	-75,39	-73,12	24,56	-123,94
TOTAL	-22,76	-1,62	0,22	-24,16

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP 9.

A tabela 10 traz os resultados sobre a decomposição da eficiência alocativa por região e setores. É possível observar que o Brasil é o maior beneficiado, mesmo com uma queda de USD 10,19 milhões no setor primário, seguido da Argentina. A Argentina destaca-se com resultados positivos em todos os setores, enquanto o Brasil registra os maiores ganhos no setor de média-alta tecnologia.

Tabela 10: Decomposição da eficiência alocativa (em milhões de dólares)

SETORES	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	2,13	-10,19	0,16	0,15	-24,49	0,76	-0,6	-0,04	-8,88	30,45	-36,28	-28,82
B&MB	19,55	53,14	2,28	1,04	-11,28	-8,98	10,39	-6,73	-7,18	-16,36	-33,53	-21,95
MA&A	40,23	122,01	1,85	1,62	-37,25	-18,91	5,72	-1,86	-8,2	-19,47	-8,03	-9,68
SERV	35,1	23,22	0,32	0,12	-1,12	-3,98	1,65	-0,16	-4,39	-13,14	-8,78	-11,01
TOTAL	97,01	190,73	4,62	2,93	-74,14	-31,32	17,45	-8,6	-26,72	-21,22	-98,12	-75,39

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP

A variação nos termos de troca, apresentada na tabela 11, possibilita observar que o Brasil e a Argentina destacam-se com resultados positivos em todos os setores analisados. O Brasil registra o seu maior resultado no setor primário, USD 153,67 milhões, resultado do

aumento da demanda por esse produto e o conseqüente aumento de seu preço de exportação, revertendo as perdas do setor em relação à eficiência alocativa,

Tabela 11: Variação nos termos de troca (em milhões de dólares)

SETORES	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.A.Ms	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	199,3	153,67	17,39	2,21	-88,95	-98,66	2,95	-3,34	5,1	-86,28	-64,43	-52,03
B&MB	79	91,37	-0,39	0,05	-80,33	-49,84	-0,43	-0,77	-21,23	-5,19	-3,35	-8,01
MA&A	54,99	48,64	-2,64	-1,37	-10,35	-11,58	0,54	-4,92	-31,82	-21,69	-24,08	16,91
SERV	63,23	59,55	8,12	1,56	-5,69	-6,46	-2,64	-6,56	-27,9	-11,42	-43,38	-29,99
TOTAL	396,51	353,23	22,47	2,45	-185,33	-166,54	0,42	-15,58	-75,85	-124,57	-135,24	-73,12

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP 9.

O segundo cenário mostrou-se bem mais favorável ao Brasil, com ganhos comerciais e de bem-estar. Ou seja, a formação de um bloco regional reverteria as eventuais perdas observadas com o fim da TEC, mesmo com o país mantendo as mesmas tarifas de importação estipuladas no cenário 1 (mais elevadas que os demais membros do Mercosul). A seguir, são apresentados os resultados obtidos para o terceiro e para o último cenário proposto.

4.4.3 Cenário 3: Área de Livre Comércio das Américas

O terceiro e o último cenário têm por objetivo examinar os efeitos de um mega acordo comercial formado pelas três Américas: do Sul, Central e do Norte. Nesse cenário, ocorreu a eliminação total das tarifas de importação entre todos os países/regiões das Américas, mantendo-se inalteradas as alíquotas desses países para as demais regiões.

Diante disso e com base na formação de uma ZLC entre esses três territórios, pode-se observar um padrão distinto de liberalização entre as regiões examinadas. De um lado, para os países-membros do Mercosul, com exceção da Venezuela, ocorre uma maior queda das tarifas no setor de média-alta e alta tecnologia nas importações oriundas do Resto das Américas e do NAFTA. A maior redução tarifária do Brasil foi registrada nas importações desse setor provenientes do NAFTA (7,56 p.p.). De outro lado, para o Resto das Américas, a redução do protecionismo foi maior no setor de baixa e média-baixa intensidade tecnológica para os países do Mercosul, chegando a 30 p.p. e 70 p.p. para Brasil e Paraguai, respectivamente. No caso do NAFTA, as reduções foram pequenas, mas se concentraram em produtos de maior conteúdo tecnológico para Argentina, Brasil e Uruguai e de menor conteúdo para Paraguai, Venezuela e CAN.

Tabela 12: Redução das tarifas de importação (em pontos percentuais - p.p.)

ARGENTINA	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	0	0	-0,01	-1,93	0	0	0
B&MB	0	0	0	0	0	0	0	-4,45	-3,24	0	0	0
MA&A	0	0	0	0	0	0	0	-5,74	-5,07	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BRASIL	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	0	0	-0,91	-1,97	-0,01	0	0
B&MB	0	0	0	0	0	0	0	-3,93	-4,88	0	0	0
MA&A	0	0	0	0	0	0	0	-7,31	-7,56	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARAGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	0	0	-0,82	-1,98	0	0	0
B&MB	0	0	0	0	0	0	0	-3,06	-3,5	0	0	0
MA&A	0	0	0	0	0	0	0	-3,34	-3,14	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
URUGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	0	0	-1,98	-1,97	0	0	0
B&MB	0	0	0	0	0	0	0	-2,37	-1,23	0	0	0
MA&A	0	0	0	0	0	0	0	-5,36	-2,67	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VENEZUELA	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	0	0	-5,27	-20,18	0	0	0
B&MB	0	0	0	0	0	0	0	-25,29	-13,39	0	0	0
MA&A	0	0	0	0	0	0	0	-7,78	-9,1	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CAN	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	0	0	-10,2	-8,46	0	0	0
B&MB	0	0	0	0	0	0	0	-6,6	-3,29	0	0	0
MA&A	0	0	0	0	0	0	0	-3,54	-3,19	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.A.SUL	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	0	0	-5,63	-2,81	0	0	0
B&MB	0	0	0	0	0	0	0	-4,63	-0,51	0	0	0
MA&A	0	0	0	0	0	0	0	-4,67	-0,85	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.AMs	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-5,32	-0,5	-0,2	-4,89	-0,75	-2,23	-6,36	-3,58	-6,38	0	0	0
B&MB	-6,94	-30	-70	-7,98	-4,95	-6,3	-4,18	-4,79	-5,22	0	0	0
MA&A	-4,42	-3,9	-2,9	-2,37	-3,51	-6,03	-2,61	-2,61	-4,56	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NAFTA	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-0,8	-2,3	-4,6	-4,51	-0,1	-0,11	-0,7	-0,61	-0,72	0	0	0
B&MB	-1,63	-1,6	-8,5	-1,13	-1,26	-0,53	-0,67	-1,49	-0,79	0	0	0
MA&A	-2,41	-2,1	-0,8	-2,75	-1,09	-0,36	-0,12	-0,41	-0,03	0	0	0
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP 9.

A tabela 13 apresenta a variação das importações. De modo geral, as regiões que passaram a integrar o bloco (NAFTA e RAMs) aumentaram as suas importações de todas as demais das Américas, enquanto as que já haviam liberalizado nos cenários anteriores, concentraram o aumento de suas importações justamente nesses novos dois parceiros comerciais.

Em termos setoriais, para os países do Mercosul as importações do setor de média-alta e alta tecnologia são as que mostram o maior crescimento. No caso brasileiro, as importações desse setor crescem em torno de 53% de ambas as regiões, declinando das demais origens. Ao mesmo tempo, também se verifica um aumento das importações do NAFTA, embora em menos magnitude, provenientes de Argentina e Brasil, também se concentrando no setor de maior conteúdo tecnológico.

Portanto, a criação do bloco iria estimular, principalmente, o comércio de setores com maior intensidade tecnológica entre os dois maiores membros do Mercosul e do NAFTA. Nesse sentido, esse acordo permitiria benefícios além dos estáticos, pois haveria possibilidades tanto de ganhos de escala como de elevação das taxas de crescimento econômico, estimulado pelo intercâmbio tecnológico, conforme discutido no capítulo 3.

Tabela 13: Importações bilaterais dos países das Américas Mercosul (Variação %)

ARGENTINA	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	-1,91	-8,71	-1,88	1,71	0,91	-0,51	0,13	15,11	-0,83	-0,96	-0,92
B&MB	0	-3,04	-13,65	-2,14	0,86	-0,84	-2,21	30,62	16,07	-2,49	-2,64	-2,62
MA&A	0	-5,53	-17,51	-4,99	0,34	-4,16	-5,83	40,56	31,75	-6,09	-6,31	-6,27
SERV	0	-1,05	-10,54	0,17	0,82	0,51	-0,12	-1,77	-1,9	-0,05	-0,2	-0,18
BRASIL	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	1,23	0	-8,89	-1,57	1,44	1,35	-0,37	9,84	15,99	-0,52	-0,64	-0,6
B&MB	-2,18	0	-14,57	-3,28	-0,4	-1,91	-3,29	25,19	26,46	-3,6	-3,75	-3,73
MA&A	-5,69	0	-19,32	-7,23	-2,12	-6,44	-8,05	53,06	53,04	-8,29	-8,51	-8,48
SERV	1,54	0	-9,85	0,94	1,6	1,28	0,65	-1,02	-1,14	0,72	0,56	0,59
PARAGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	9,18	6,15	0	6,2	10,26	9,31	7,69	17,38	25,11	7,35	7,21	7,25
B&MB	5,39	3,28	0	4,21	7,47	5,66	4,17	28,27	25,61	3,86	3,7	3,71
MA&A	2,18	-0,04	0	0,52	6,39	1,48	-0,32	25,44	21,55	-0,61	-0,85	-0,81
SERV	7,61	5,67	0	6,97	7,66	7,33	6,67	4,9	4,76	6,73	6,57	6,6
URUGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	1,11	-1,73	-9,2	0	1,96	1,41	-0,32	21,43	15,85	-0,61	-0,75	-0,71
B&MB	0,62	-1,38	-12,18	0	2,76	0,87	-0,54	17,57	4,78	-0,82	-0,97	-0,96
MA&A	-0,33	-2,47	-15,25	0	3,8	-1,21	-2,78	41,27	14,58	-3,05	-3,28	-3,24
SERV	0,97	-0,85	-10,36	0	1,02	0,71	0,08	-1,58	-1,7	0,15	-0,01	0,02
VENEZUELA	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-36,18	-38,02	-42,8	-37,99	0	-36,2	-37,1	5,46	274,81	-37,31	-37,4	-37,37
B&MB	-14,01	-15,74	-23,9	-14,95	0	-13,9	-15,03	243,33	78,53	-15,27	-15,4	-15,39
MA&A	-18,76	-20,52	-30,92	-20,03	0	-19,4	-20,77	36,19	46,44	-20,99	-21,17	-21,14
SERV	0,8	-1,01	-10,51	0,21	0	0,54	-0,08	-1,74	-1,87	-0,02	-0,17	-0,14
CAN	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-13,96	-16,43	-22,63	-16,4	-13,2	-13,8	-15,22	123,94	82,08	-15,45	-15,59	-15,54
B&MB	-3,47	-5,42	-15,75	-4,57	-1,65	-3,3	-4,63	44,15	13,61	-4,89	-5,04	-5,02
MA&A	-3,83	-5,94	-18,62	-5,37	-0,61	-4,55	-6,23	19,81	14,82	-6,49	-6,71	-6,68
SERV	0,75	-1,06	-10,55	0,16	0,8	0,49	-0,13	-1,79	-1,91	-0,07	-0,22	-0,19
R.A.SUL	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-0,81	-3,72	-11,09	-3,66	-0,02	-0,75	-2,29	69,48	23,22	-2,6	-2,72	-2,69
B&MB	0,32	-1,64	-12,02	-0,73	2,34	0,54	-0,8	33,61	0,04	-1,08	-1,24	-1,22
MA&A	1,32	-0,84	-13,81	-0,24	5,07	0,47	-1,15	36,87	2,1	-1,42	-1,66	-1,62
SERV	1,06	-0,76	-10,28	0,46	1,11	0,8	0,17	-1,49	-1,61	0,24	0,09	0,11
R.AMs	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	37,51	-16,04	-25,01	28,28	-10,9	2,51	49,47	15,35	43,33	-19,31	-19,43	-19,4
B&MB	22,62	301,5	1688,33	28,65	11,48	18,45	3,36	9,58	7,36	-19,7	-19,82	-19,81
MA&A	27,73	20,02	-2,64	8,59	24,65	41,97	9,47	8,03	22,06	-9,8	-10,02	-9,98
SERV	1,94	0,11	-9,5	1,34	1,99	1,68	1,04	-0,63	-0,76	1,11	0,95	0,98
NAFTA	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	9,7	23,51	42,68	52,69	3,12	2,48	6,89	6,52	2,6	-0,49	-0,64	-0,59
B&MB	11,77	9,19	45,51	7,23	11,4	4,8	4,23	12,11	2,65	-0,25	-0,4	-0,39
MA&A	24,53	18,86	-5,29	25,71	17,53	6,48	2,74	3,64	-1,01	1,56	1,31	1,35
SERV	1,96	0,13	-9,48	1,36	2,01	1,7	1,07	-0,61	-0,74	1,13	0,98	1,01

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP 9.

A tabela 14 mostra os efeitos sobre o bem-estar para as 12 regiões estudadas. Observa-se que apenas Brasil, Paraguai e Venezuela apresentam ganhos de bem-estar, quando

analisados somente países que constituíram o Mercosul. Uruguai e Argentina apresentam perdas, que chegam a USD 358 milhões no caso do segundo. Os maiores ganhos são contabilizados pelo NAFTA, que alcança um efeito total de USD 10.824,18 milhões, seguido do Resto das Américas (USD 439 milhões), justamente as duas regiões cujas liberalizações tiveram o maior alcance geográfico.

Tabela 14: Efeitos sobre o bem-estar (em milhões de dólares)

REGIÕES	EFEITO ALOCATIVO	TERMOS DE TROCA	EFEITO I-S	EFEITO TOTAL
1 ARGENTINA	-74,15	-320,74	36,35	-358,54
2 BRASIL	169,98	44,41	-41,6	172,79
3 PARAGUAI	35,82	148,7	40,15	224,68
4 URUGUAI	-0,69	-4,94	-4,04	-9,68
5 VENEZUELA	481,97	-386,14	270,03	365,86
6 CAM	-33,41	-424,91	-3,35	-461,68
7 RESTOAMSUL	6,34	-118,42	-2,33	-114,41
8 RESTOAMS	802,06	-232,5	-130,42	439,13
9 NAFTA	1054,9	7475,22	2294,06	10824,18
10 BRICS	-727,92	-1731,79	-1137,17	-3596,88
11 UE_28	-483,54	-1787,44	-461,23	-2732,22
12 RESTOMUNDO	-1074,13	-2680,84	-864,8	-4619,77
TOTAL	157,23	-19,4	-4,36	133,48

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP 9.

Os ganhos de bem-estar para o Brasil só não são maiores por razão da perda da eficiência alocativa no setor de média-alta e alta tecnologia que soma USD 81,1 milhões. A Argentina, mostra uma perda de eficiência alocativa nos dois setores industriais. O NAFTA apresenta ganhos em todos os setores, com destaque para o setor de média-alta e alta tecnologia.

Tabela 15: Decomposição da eficiência alocativa (em milhões de dólares)

SETORES	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	1,79	6,21	-0,16	0,65	248,06	90,11	4,02	107,98	49,7	98,71	-26,64	-657,79
B&MB	-22,39	169,17	22,29	-0,81	199,27	-11,79	6,45	750,77	429,88	-220,75	-211,71	-102,55
MA&A	-60,11	-81,13	11,01	-0,57	22,09	-103,9	-1,46	-60,04	573,11	-390,71	-164,8	-99,1
SERV	6,56	72,29	2,69	0,04	12,55	-9,93	-2,57	-3,88	6,35	-198,9	-82,53	-217,33
TOTAL	-74,15	169,98	35,82	-0,69	481,97	-33,41	6,34	802,06	1054,9	-727,86	-483,5	-1074,13

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP 9.

Quanto aos termos de troca, observa-se que as três regiões que não foram incluídas no APC apresentam resultados negativos com destaque ao Resto do Mundo, onde chegam a USD 2.680,9 milhões ocasionados, principalmente, por serviços e bens de média-alta e alta tecnologia. No entanto, entre os países que compõem o novo bloco, somente o NAFTA, o

Brasil e o Paraguai registram ganhos. Já o CAN é a região que registra as maiores perdas e em todos os setores. Essas quedas têm origem no fato do CAN já ser um bloco econômico e no fato de que com a abertura comercial para novos mercados os países membros que o compõe perdem as preferências.

Tabela 16: Variação nos termos de troca (em milhões de dólares)

SETORES	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	-102,8	82,25	38,98	3,25	-183,81	-176,02	-22,32	-49,2	936,22	-47,91	206,82	-653,91
B&MB	-71,16	35,13	28,23	-4,03	-139,68	-147,41	-64,04	-322,31	1327,66	-517,04	-114,47	-15,94
MA&A	-93,95	-115,5	8,24	-0,96	-52,08	-75,07	-20,9	-23,69	3103,27	-866,42	-833,7	-958,52
SERV	-53,16	42,51	75,05	-3,25	-11,04	-26,74	-11,27	162,57	2108,36	-300,49	-1046,12	-1052,5
TOTAL	-321,1	44,43	150,5	-4,99	-386,62	-425,25	-118,53	-232,63	7475,51	-1731,85	-1787,47	-2680,88

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP 9.

Esse cenário aponta um ganho de bem-estar para o Brasil, porém, ainda inferior ao resultado obtido no cenário 2, muito influenciado pela eficiência alocativa e termos de troca para os bens de maior intensidade tecnológica. De qualquer forma, a liberalização das Américas também acaba beneficiando o país, pois além dos ganhos, embora pequenos, de bem-estar, percebe-se a possibilidade de um aumento no comércio intraindustrial de produtos de maior conteúdo tecnológico, especialmente com os países do NAFTA. Assim, devido ao perfil de comércio que seria estimulado pelo bloco ao Brasil, a sua criação poderia trazer benefícios adicionais relacionados a ganhos de escala e maiores taxas de crescimento econômico.

5 CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo principal analisar três diferentes cenários econômicos para o Brasil, observando os impactos sobre o comércio internacional e o bem-estar, através de um retorno do Mercosul a uma zona de livre comércio; a formação de um APC entre todos os países da América do Sul; e a formação de um APC entre as Américas do Sul, Central e do Norte.

É importante destacar que, mesmo após 25 anos da constituição do Mercosul, o bloco sequer conseguiu se consolidar como uma zona de livre comércio plena, fato que deveria conduzir o Brasil a repensar sua estratégia de se manter vinculado ao atual Mercosul, onde está, até hoje, impossibilitado de formar parcerias estratégicas com outros países e ou blocos. Isso retarda o desenvolvimento econômico do país. Nesse sentido, buscou-se analisar cenários alternativos para o Brasil e, conseqüentemente, para o Mercosul, através de um modelo de EGC e da agregação dos setores, conforme a sua intensidade tecnológica.

O primeiro cenário, buscou identificar os possíveis efeitos da transformação do Mercosul em uma zona de livre comércio, com uma redução linear nas tarifas de importação para países/regiões de fora do bloco de 20% para a Argentina e 50% para Paraguai e Uruguai. Os resultados mostraram que, com exceção do Brasil, os demais países do bloco apresentaram um expressivo aumento nas importações de países extra-Mercosul, com visível queda nas importações dos parceiros intrabloco, com destaque ao Brasil, que registrou uma queda nas exportações de bens de média-alta e alta tecnologia para esses três países.

O Brasil apresentou a maior perda de bem-estar chegando a USD 481,78 milhões, enquanto os outros três países, juntos, registraram um aumento de USD 586,12 milhões. Na decomposição da eficiência alocativa, o Brasil registrou as maiores perdas no setor de média-alta e alta tecnologia, enquanto que os demais membros do bloco registram os maiores ganhos no setor de baixa e média-baixa tecnologia, que antes das reduções tarifárias apresentava as maiores tarifas de importação.

O cenário 2, que propôs a formação de um bloco econômico entre todos os países da América do Sul, apresentou crescimento no comércio internacional para todos os membros, embora com magnitudes bastante diferentes. No entanto, assim como observado no cenário 1, o comércio entre os países do Mercosul registrou uma significativa queda provocada pela perda de preferência pós-choque. Entre os quatro países, o Brasil foi o que apresentou as

maiores quedas nas exportações para os outros três, resultado que leva ao entendimento de que o Mercosul apresentava desvio de comércio antes do choque.

A formação desse novo APC provoca redução no protecionismo do setor de média-alta e alta tecnologia no Brasil e na Argentina, com importante aumento nas importações desse segmento extra-Mercosul. Diferente do cenário anterior, a ampliação do livre comércio para todos os países da América do Sul proporciona ao Brasil um ganho de bem-estar de USD 533,53 milhões, resultado de uma maior abertura comercial e de uma melhor eficiência alocativa entre as regiões analisadas. Este cenário mostra que para o Brasil, devido à queda nas tarifas de importação para zero intrabloco, as importações brasileiras com origem dos países membros desse novo bloco tiveram resultados positivos em todos os setores, com destaque aos produtos de média-alta e alta tecnologia. Enquanto isso, as importações com origem na Argentina, Uruguai e Paraguai apresentaram queda em todos os setores, fato que permite interpretar que o Mercosul provoca desvio de comércio.

Por último, o terceiro cenário, que considera a criação de APC entre as três Américas, isto é, do Sul, Central e do Norte, apresenta diferentes resultados para cada país-membro, mas prevalecem os ganhos de efeito total sobre o bem-estar. Entre os países do Mercosul, a Argentina e o Brasil apresentam as maiores quedas nas tarifas de importação para bens dos setores de baixa e média-baixa, e média-alta e alta tecnologias para NAFTA e R.AMs, sendo que a maior redução foi a apresentada pelo Brasil ao NAFTA e para o setor de média-alta e alta tecnologia, 7,56 p.p, o que resulta em um aumento das exportações em 53,4%. Também é possível observar um aumento das importações do NAFTA de Argentina e Brasil, com destaque ao setor de média-alta e alta tecnologia.

Embora o Brasil tenha obtido ganhos de bem-estar inferiores ao observado no cenário 2, percebe-se a possibilidade de um aumento no comércio intraindustrial de produtos de maior conteúdo tecnológico, especialmente com os países do NAFTA. Portanto, dado o perfil de comércio que seria estimulado pelo bloco ao Brasil, a sua criação poderia trazer benefícios relacionados a uma escala mais eficiente de produção e maiores taxas de crescimento econômico.

Com base na magnitude dos cenários apresentados, é possível observar que o Brasil, ao se manter vinculado somente ao Mercosul, reforça o elevado grau de isolamento em relação a importantes parceiros comerciais. Um processo de integração comercial, conforme aqueles apresentados nos cenários 2 e 3, pode proporcionar importantes ganhos econômicos, com elevação do comércio internacional e ganhos de bem-estar ao país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, A. Mercosul: o impacto da liberalização preferencial e as perspectivas para a união aduaneira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 167-196, 2008.

AZEVEDO, A. Mercosur: ambitious policies, poor practices. **Revista de economia política**, São Paulo, ed. 34, vol. 24, p. 584-601, 2004.

AZEVEDO, A. Desafios da Globalização: Os impactos da integração econômica internacional. In: SPRICIGO, G. **Análise de cenários econômicos e mundo dos negócios**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2011.

AZEVEDO, A.; FEIJÓ, F. Análise empírica do impacto econômico da Alca e da consolidação do MERCOSUL sobre o Brasil. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 3, n. 2, 2010.

AZEVEDO, A.; MASSUQUETI, A. Exportaciones del sector automotor brasileño al Mercado Común del Sur: ¿desviación de comercio o reducción de costos? **Revista Cepal**, v.115, p.145-163, 2015.

AZEVEDO, A.; MASSUQUETI, A. TEC no âmbito do Mercosul: teoria e prática. **Revista Análise Econômica**, ano 27, n. 52, p.7-23, 2009.

BAUMANN, Renato. O Mercosul aos vinte anos: Uma avaliação econômica. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA**, texto nº 1.627, 2011.

BAUMANN, R.; MUSSI, C. Mercosul: então e agora. Brasília: **Cepal**, 2006.

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Informe MERCOSUL Nº 20**. Setor de Integração e Comércio (INT) Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (INTAL). Buenos Aires. 2016.

CARVALHO, M.; SILVA, C. da. **Economia internacional**. São Paulo: Saraiva. 2002.

CAVES, Richard E. et al. **Economia Internacional**. Comércio e Transações Globais. São Paulo: Saraiva, 2001.

COELHO, M. A.; et al. Impacto de entrada da Venezuela no Mercosul: uma simulação com o modelo de equilíbrio geral computável. **Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**. FGV-EESP, texto nº 153, 2006.

CONGRESSO NACIONAL. Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. **Globalização e Integração**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/introd.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

CURZEL, Rosana; SILBER, Simão D. Mercosul: Custos e benefícios de diferentes acordos comerciais. **Século XXI**, Porto Alegre, V.2, Nº 2, 2007.

FERRAZ, Lucas P. do C. Acordos bilaterais de comércio entre as economias do BRICS: Uma abordagem de equilíbrio geral. **Texto para discussão 1831**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, 2013.

FOCHEZATTO, A. Construção de um modelo de equilíbrio geral computável regional: Aplicação ao Rio Grande do Sul. **Texto para discussão 944**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, 2003.

FURTADO, André Tosi; CARVALHO, Ruy de Quadros. Padrões de intensidade tecnológica da indústria brasileira: um estudo comparativo com os países centrais. **São Paulo em Perspectiva**, vol.19, n.1, São Paulo Jan./Mar. 2005

GTAP. Global Trade Analysis Project. Disponível em: <<https://www.gtap.agecon.purdue.edu/data/bases/v9/default.asp>>. Acesso em: 23 abri. 2016.

KUME, H.; PIANI, G. Fluxos bilaterais de comércio e blocos regionais: uma aplicação do modelo gravitacional. **Texto para discussão 749**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, 2000.

MEGIATO, E. I.; MASSUQUETTI, A.; AZEVEDO, A. F. Z. Impacts of integration of Brazil with the European Union through a general equilibrium model. **Economia**, Brasília, v. 17, p. 126-140, 2016.

MERCOSUL. **Saiba mais sobre o Mercosul**. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercossul>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

OLIVEIRA, Alana V. S.; AZEVEDO, André F. Z de. A criação da aliança do pacífico e os impactos para o Mercosul. In: CONGRESSO ANPEC SUL, 2015. **Anais Eletrônicos...**, XVII Encontro de Economia da Região Sul. 2015. ANPEC, 2015. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2015/artigo/a_criacao_da_alianca.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

PIERMARTINI, Roberta; TEH, Robert. Demystifying modelling methods for trade policy. **WTO Discussion Papers**, n. 10. World Trade Organization (WTO), Economic Research and Statistics Division. Genebra, Suíça, 2005.

PREUSSE, Heinz G. Mercosur – Another Failed Move Towards Regional Integration? **World Economy**, v. 24, p. 911-932, 2001.

SILVEIRA, Paulo Antonio Caliendo V. da. **Defesa da Concorrência do Mercosul** – acordos entre empresas, abuso de posição dominante e concentrações. São Paulo: LTR, 1998.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Tratado de Assunção**: tratado para a Constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. [S.l.], 26 mar. 1991. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=538&refr=374>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

THELLE, Martin H.; SUNESEN Eva R. Assessment of barriers to trade and investment between the EU and Mercosur. **Copenhagen Economics**, 2010-2011, p. 32-37.

THORSTENSEN, V.; FERRAZ, L. O isolamento do Brasil em relação aos acordos e mega-acordos comerciais. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, n. 16, Jan./Abr., 2014, p. 5-18.

VARTANIAN, Pedro Raffy. A crise argentina e o Mercosul. **Pontes**, vol. 10, n. 1. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-crise-argentina-e-o-mercosul>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

VIEIRA, Alana; AZEVEDO; A. Impactos do acordo de livre comércio transatlântico e da integração Brasil-União Europeia sobre o Brasil através de um modelo de equilíbrio geral. In: CONGRESSO ANPEC SUL, 2015. **Anais Eletrônicos...**, XVII Encontro de Economia da Região Sul. 2015. Disponível em: <<http://www.pce.uem.br/arquivos/resolucao/artigos-selecionados.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

VINER, J. **The Custom Union Issue**. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.

WTO - World Trade Organization. Disponível em: <<https://www.wto.org/english/rese/statise/tradeservstate.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

YEATS, A. Does Mercosur's Trade Performance Raise Concerns About the Effects of Regional Trade Arrangements? **The World Bank Economic Review**, v. 12, n. 1, p. 1-28, 1997.

APÊNDICES

Apêndice 1: Estágio e Definição de Blocos Econômicos

ETAPA	BLOCOS ECONÔMICOS	DEFINIÇÃO
Zona de Livre Comércio	NAFTA	Os países parceiros reduzem ou eliminam as barreiras alfandegárias, tarifárias e não tarifárias, que incidem sobre a troca de mercadorias dentro do bloco.
União Aduaneira	Mercosul	Os Estados-Membros, além de atuar como Zona de Livre Comércio, estabelecem uma política comercial uniforme onde regulamentam o seu comércio de bens com nações externas através da implementação de uma Tarifa Externa Comum (TEC).
Mercado Comum	Comunidade Andina	Apresenta um processo bastante avançado de integração econômica, que além de garantir o livre comércio intrabloco e política comercial uniforme com as nações externas, garante a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais.
União Econômica	União Europeia	Constitui o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos, onde, além dos aspectos relacionados ao mercado comum, estabelece algumas políticas nacionais, como a monetária, fiscal e cambial.

Fonte: Congresso Nacional (2016), adaptado pelo autor.

Apêndice 2: Tarifas de importação anteriores ao Altertax

ARGENTINA	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	0,02	0,04	0,01	1,86	4,51	2,41	1,68
B&MB	0	0	0	0	0,63	0,34	0,03	5,56	18,64	10,94	4,05	15,77
MA&A	0	0	0	0	0,55	1,77	0,12	7,18	10,71	10,6	6,34	11,67
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BRASIL	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	0	0,08	0,91	4,39	7	1,97	0,75
B&MB	0	0	0	0	0	0,09	0,04	3,93	12,52	12,05	4,88	8,93
MA&A	0	0	0	0,08	0,1	0,12	2,56	7,31	11,2	11,41	7,56	11,19
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARAGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	8,02	0	1,63	11,48	9,4	3,96	10,31
B&MB	0	0,3	0	0	0,02	5,2	0	6,11	15,72	12,81	7,01	11,45
MA&A	1,33	1,13	0	0,03	3,31	3,18	0,01	6,67	7,37	7,66	6,29	9,55
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
URUGUAI	ARG	BRA	PAR	URU	VEN	CAN	R.A.SUL	R.AMs	NAFTA	BRICS	UE_28	R.MUN
PRIM	0	0	0	0	0	1,63	0	3,95	5,43	6,94	3,94	0,69
B&MB	0,11	1,57	0,1	0	1,64	4,01	0,01	4,73	19,5	12,38	2,46	13,7
MA&A	0,16	0,42	0,05	0	0,31	1,05	0,15	10,72	11,18	7,68	5,34	8,67
SERV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir das simulações com o GTAP 9.